

# **Banco Caixa Geral Brasil S.A.**

Demonstrações Financeiras Consolidadas  
do Conglomerado Prudencial  
Referentes ao Semestre e Exercício  
Findos em 31 de Dezembro de 2016 e  
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

Aos Acionistas e Administradores do  
Banco Caixa Geral - Brasil S.A.

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial do Banco Caixa Geral - Brasil S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Essas demonstrações financeiras consolidadas de propósito especial foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional - CMN e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil - BACEN, descritos na nota explicativa nº 2 às referidas demonstrações financeiras.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Conglomerado Prudencial do Banco Caixa Geral - Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial previstas na Resolução nº 4.280/13 do CMN e regulamentações complementares do BACEN, para elaboração dessas demonstrações financeiras consolidadas de propósito especial, conforme descrito na nota explicativa nº 2 às referidas demonstrações financeiras.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Ênfase**

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1 às referidas demonstrações financeiras, em 29 de novembro de 2016, a Corretora assinou Contrato de Compra e Venda de Valores Mobiliários e outras Avenças com a XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. (compradora), celebrando a venda de sua participação econômica na FLAFLU Participações S.A. Na presente data, a conclusão dessa transação depende da aprovação do BACEN. Nossa opinião não contém ressalva em virtude desse assunto.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte [www.deloitte.com/about](http://www.deloitte.com/about) para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 225.000 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

## *Conglomerado Prudencial*

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às referidas demonstrações financeiras, a qual divulga que as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial do Banco foram elaboradas pela sua Administração para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280/13 do CMN e regulamentações complementares do BACEN. Conseqüentemente, nosso relatório sobre essas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial do Banco foi elaborado exclusivamente para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins.

## **Outros assuntos**

### *Demonstrações financeiras individuais*

O Banco elaborou um conjunto de demonstrações financeiras para fins gerais referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2016, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, sobre o qual emitimos relatório de auditoria sem modificações, datado de 16 de fevereiro de 2017.

## **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo com a Resolução nº 4.280/13 do CMN e regulamentações complementares do BACEN, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritos na nota explicativa nº 3 às referidas demonstrações financeiras, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar ao Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de maio de 2017



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes  
CRC nº 2 SP 011609/O-8



Vanderlei Minoru Yamashita  
Contador  
CRC nº 1 SP 201506/O-5

BANCO CAIXA GERAL - BRASIL S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL  
(Em milhares de reais)

	Nota	2016	2015		Nota	2016	2015
<b>ATIVO</b>				<b>PASSIVO</b>			
<b>CIRCULANTE</b>		<b>1.495.950</b>	<b>1.239.375</b>	<b>CIRCULANTE</b>		<b>1.579.603</b>	<b>1.372.347</b>
<b>DISPONIBILIDADES</b>	4	<b>202.685</b>	<b>3.128</b>	<b>DEPÓSITOS</b>	17.a	<b>463.493</b>	<b>428.907</b>
<b>Aplicações Interfinanceiras de Liquidez</b>	5	<b>543.947</b>	<b>566.516</b>	Depósitos à vista		11.807	10.367
Aplicações em operações compromissadas		540.641	541.289	Depósitos interfinanceiros		70.452	165.303
Aplicações em depósitos interfinanceiros		3.306	25.227	Depósitos a prazo		381.234	253.237
<b>TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS</b>		<b>235.992</b>	<b>109.972</b>	<b>CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO</b>	17.b	<b>196.419</b>	<b>87.698</b>
Carteira própria	6.b	142.358	100.175	Carteira própria		68.913	67.637
Vinculados a compromissos de recompra	6.b	4.182		Carteira terceiro		120.079	-
Vinculados à prestação de garantias	6.b	45.967	4.798	Carteira livre movimentação		7.427	20.061
Instrumentos financeiros derivativos	7.a	43.485	4.999	<b>RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS</b>	17.c	<b>160.439</b>	<b>160.942</b>
<b>RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS</b>		<b>328</b>	<b>166</b>	Obrigações por emissão de letras de crédito imobiliário		54.426	98.112
Créditos vinculados		155	124	Obrigações por emissão de letras de crédito agronegócio		105.195	61.651
Relações com correspondente		173	42	Obrigações por emissão de letras financeiras		818	1.179
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>		<b>282.279</b>	<b>250.025</b>	<b>RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS</b>		<b>1.326</b>	<b>404</b>
Operações de crédito		<u>282.279</u>	<u>250.025</u>	Recursos em trânsito de terceiros		1.326	404
Setor privado	9.c	345.699	277.119	<b>OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES</b>		<b>631.558</b>	<b>529.366</b>
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	9.a	(63.420)	(27.094)	Repasses do país - Instituições oficiais	17.d	<u>2.031</u>	<u>61.456</u>
<b>OUTROS CRÉDITOS</b>		<b>230.175</b>	<b>309.021</b>	Finame		1.684	528
Créditos P/avais e fianças honrados	9.c	19.681	23.581	BNDES		347	60.928
Carteira de câmbio	10	147.822	200.606	Empréstimos no exterior	17.e	629.527	467.910
Rendas a receber	12	2.711	2.328	<b>INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS</b>	7.a	<b>18.638</b>	<b>37.571</b>
Negociação e intermediação de valores	13	394	28.252	Instrumentos financeiros derivativos		18.638	37.571
Diversos	11	70.818	67.091	<b>OUTRAS OBRIGAÇÕES</b>		<b>107.730</b>	<b>127.459</b>
(-) Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	9.a	(11.251)	(12.837)	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		67	576
<b>OUTROS VALORES E BENS</b>		<b>544</b>	<b>547</b>	Carteira de câmbio	10	47.862	90.530
Despesas antecipadas	14	544	547	Fiscais e previdenciárias	18.b	19.697	25.826
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>		<b>721.543</b>	<b>899.493</b>	Negociação e intermediação de valores	19	10.012	1.836
				Diversas	18.c	30.092	8.691

BANCO CAIXA GERAL - BRASIL S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL  
(Em milhares de reais)

	Nota	2016	2015		Nota	2016	2015
<b>TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS</b>		<b>495.983</b>	<b>464.156</b>	<b>EXIGÍVEL A LONGO PRAZO</b>		<b>304.803</b>	<b>456.444</b>
Carteira própria	6.b	205.346	59.603				
Vinculados a compromissos de recompra	6.b	61.357	62.844	<b>DEPÓSITOS</b>	17.a	<b>81.509</b>	<b>66.012</b>
Vinculados à prestação de garantias	6.b	177.603	312.231	Depósitos a prazo		81.509	66.012
Instrumentos financeiros derivativos	7.a	51.677	29.478				
				<b>RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS</b>	17.c	<b>18.465</b>	<b>20.926</b>
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>		<b>145.108</b>	<b>379.568</b>	Obrigações por emissão de letras de crédito imobiliário		2.894	6.349
Operações de crédito		145.108	379.568	Obrigações por emissão de letras de crédito agronegócio		9.883	12.902
Setor privado	9.c	146.765	385.760	Obrigações por emissão de letras financeiras		5.688	1.675
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	9.a	(1.657)	(6.192)			<b>155.206</b>	<b>252.691</b>
				<b>OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES</b>		<b>9.591</b>	<b>25.107</b>
<b>OUTROS CRÉDITOS</b>		<b>80.254</b>	<b>55.434</b>	Repasses do país - Instituições oficiais	17.d	<b>8.508</b>	<b>16.980</b>
Rendas a receber	12	-	1.285	BNDES		1.083	8.127
Diversos	11	80.254	54.149	Finame	17.e	145.615	227.584
				Empréstimos no exterior			
<b>OUTROS VALORES E BENS</b>		<b>198</b>	<b>335</b>				
Despesas antecipadas	14	198	335	<b>INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS</b>	7.a	<b>24.751</b>	<b>92.497</b>
				Instrumentos financeiros derivativos		24.751	92.497
<b>PERMANENTE</b>		<b>5.728</b>	<b>6.700</b>				
<b>INVESTIMENTOS</b>		<b>1</b>	<b>1</b>	<b>OUTRAS OBRIGAÇÕES</b>		<b>24.872</b>	<b>24.318</b>
Outros investimentos		3	3	Sociais e estatutárias	18.a	171	171
Provisão para perdas		(2)	(2)	Fiscais e previdenciárias	18.b	22.909	20.578
				Diversas	18.c	1.792	3.569
<b>IMOBILIZADO DE USO</b>	15	<b>3.138</b>	<b>3.354</b>				
Outras imobilizações de uso		5.425	8.611	<b>RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS</b>		<b>621</b>	<b>1.749</b>
Depreciações acumuladas		(2.282)	(5.218)	Rendas antecipadas		621	1.749
Provisão para realização		(5)	(39)				
				<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>338.194</b>	<b>315.028</b>
<b>INTANGÍVEL</b>	16	<b>2.589</b>	<b>3.345</b>	Capital social	22.a	400.000	400.000
Ágio da incorporação		81.974	-	De domiciliados no exterior		400.000	400.000
Outros ativos intangíveis		6.843	10.453	Ajuste ao valor de mercado - TVM		452	(12.894)
Amortizações acumuladas		(39.096)	(7.108)	Prejuízos acumulados		(64.057)	(73.406)
Provisão para realização		(47.132)	-	Participação de não controladores		1.799	1.328
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>2.223.221</b>	<b>2.145.568</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>2.223.221</b>	<b>2.145.568</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO CAIXA GERAL - BRASIL S.A.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL  
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015  
 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016  
 (Em milhares de reais, exceto o lucro (prejuízo) por ação)

	Nota	2016		2015
		2º semestre	Exercício	Exercício
<b>RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>		<b>112.265</b>	<b>240.557</b>	<b>345.420</b>
Operações de crédito		44.059	97.567	105.343
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		82.740	162.976	127.913
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	7.e	(14.534)	(19.986)	112.164
<b>DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>		<b>(85.087)</b>	<b>(177.634)</b>	<b>(345.763)</b>
Operações de captações no mercado		(49.332)	(96.314)	(104.169)
Operações de empréstimos e repasses		(19.145)	(35.621)	(27.493)
Resultado de operações de câmbio		8.207	(15.494)	(142.489)
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	9.e	(24.817)	(30.205)	(71.612)
<b>RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>		<b>27.178</b>	<b>62.923</b>	<b>(343)</b>
<b>OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS</b>		<b>(26.368)</b>	<b>(45.632)</b>	<b>(58.566)</b>
Receitas de prestação de serviços	26	8.696	17.802	20.362
Despesas de pessoal		(21.046)	(37.005)	(42.660)
Outras despesas administrativas	27	(16.389)	(33.120)	(30.542)
Despesas tributárias	28	(2.556)	(5.618)	(7.581)
Outras receitas (despesas) operacionais	29	4.927	12.309	1.855
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>		<b>810</b>	<b>17.291</b>	<b>(58.909)</b>
<b>RESULTADO NÃO OPERACIONAL</b>	30	<b>(1)</b>	<b>8</b>	<b>(1.428)</b>
<b>RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O RESULTADO</b>		<b>809</b>	<b>17.299</b>	<b>(60.337)</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>	21	<b>(120)</b>	<b>(7.479)</b>	<b>24.229</b>
Provisão para imposto de renda		(1.090)	(1.090)	(6.272)
Provisão para contribuição social		(908)	(908)	(4.355)
Ativo fiscal diferido		1.878	(5.481)	34.856
<b>LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO/SEMESTRE</b>		<b>689</b>	<b>9.820</b>	<b>(36.108)</b>
Lucro (prejuízo) líquido atribuído à participação dos acionistas controladores		671	9.349	(30.254)
Lucro (prejuízo) líquido atribuído à participação dos acionistas não controladores		18	471	(5.854)
<b>LUCRO (PREJUÍZO) POR AÇÃO NO FINAL DO EXERCÍCIO/SEMESTRE (R\$)</b>		<b>0,02</b>	<b>0,33</b>	<b>(1,24)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO CAIXA GERAL - BRASIL S.A.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL  
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015  
 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016  
 (Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de lucros			Ajuste ao valor de mercado - TVM	Lucros (Prejuízos) acumulados	Participação dos Não Controladores	Total
		Legal	Especial de lucros	Expansão				
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014</b>	<b>400.000</b>	-	-	-	<b>(2.656)</b>	<b>(43.152)</b>	<b>7.182</b>	<b>361.374</b>
Ajuste ao valor de mercado - TVM	-	-	-	-	(10.238)	-	-	<b>(10.238)</b>
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(30.254)	(5.854)	<b>(36.108)</b>
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015</b>	<b>400.000</b>	-	-	-	<b>(12.894)</b>	<b>(73.406)</b>	<b>1.328</b>	<b>315.028</b>
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015</b>	<b>400.000</b>	-	-	-	<b>(12.894)</b>	<b>(73.406)</b>	<b>1.328</b>	<b>315.028</b>
Ajuste ao valor de mercado - TVM	-	-	-	-	13.346	-	-	<b>13.346</b>
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	9.349	471	<b>9.820</b>
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016</b>	<b>400.000</b>	-	-	-	<b>452</b>	<b>(64.057)</b>	<b>1.799</b>	<b>338.194</b>
<b>SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2016</b>	<b>400.000</b>	-	-	-	<b>(1.932)</b>	<b>(64.728)</b>	<b>1.781</b>	<b>335.121</b>
Ajuste ao valor de mercado - TVM	-	-	-	-	2.384	-	-	<b>2.384</b>
Lucro do semestre	-	-	-	-	-	671	18	<b>689</b>
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016</b>	<b>400.000</b>	-	-	-	<b>452</b>	<b>(64.057)</b>	<b>1.799</b>	<b>338.194</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO FLUXO DE CAIXA DO CONGLOMERADO PRUDENCIA  
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015  
 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016  
 (Em milhares de reais)

Nota	2016		2015
	Semestre	Exercício	Exercício
<b>FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
<b>LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO AJUSTADO NO EXERCÍCIO/SEMESTRE</b>	<b>25.294</b>	<b>43.239</b>	<b>37.696</b>
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	689	9.820	(36.108)
Ajustes ao lucro (prejuízo) líquido:	24.605	33.419	73.804
Reversão de provisão de ágio	29 (4.223)	(8.447)	-
Depreciações e amortizações	27 4.896	9.792	2.195
Provisão para impairment do ativo permanente	-	-	116
Baixa ativo permanente	-	-	1.906
(Reversão) / Provisão para riscos de crédito de garantias e fianças prestadas	29 (284)	(757)	511
Provisões para outras despesas operacionais ( Contratos onerosos / Retenção)	-	-	(323)
Despesa de juros e de variação cambial sobre empréstimos no exterior	548	(4.485)	22.477
Provisão para créditos e outros créditos de liquidação duvidosa	9.e 24.817	30.205	71.612
Créditos tributários e impostos e contribuições diferidos	20 (1.878)	5.481	(34.856)
Provisão para desvalorização de títulos livres	(3.049)	(3.293)	5.625
Reversão para despesa pessoal	2.514	2.514	2.021
Provisão para contingências	29.b 1.264	2.409	2.520
<b>VARIAÇÕES DOS ATIVOS E OBRIGAÇÕES</b>	<b>7.405</b>	<b>5.103</b>	<b>356.689</b>
Redução (aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez	22.480	15.247	(7.260)
(Aumento) redução em títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	(83.549)	(227.363)	94.373
Redução em operações de crédito	158.120	170.415	13.353
Redução (aumento) em outros créditos	164.480	48.543	(248.494)
(Aumento) redução em outros valores e bens	(169)	140	1.381
(Aumento) redução em relações interfinanceiras e interdependências (ativas/passivas)	(30.366)	760	739
Aumento (Redução) em depósitos	176.096	46.007	(102.581)
(Redução) aumento em captação no mercado aberto	(4.847)	-	32.538
Aumento (redução) em recursos de aceites e emissão de títulos	18.184	(2.964)	100.088
(Redução) aumento em outras obrigações	(162.900)	(22.278)	40.451
(Redução) aumento em obrigações por empréstimos e repasses	(250.065)	(22.277)	432.422
(Redução) aumento em resultados de exercícios futuros	(59)	(1.127)	(321)
<b>DISPONIBILIDADES LÍQUIDAS GERADAS NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>32.699</b>	<b>48.342</b>	<b>394.385</b>
<b>Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos</b>			
Alienação de imobilizado de uso	15	16	-
Aplicações no imobilizado de uso	(109)	(387)	(2.329)
Aplicações no intangível	-	(2)	(826)
<b>DISPONIBILIDADES LÍQUIDAS (APLICADAS) NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>	<b>(94)</b>	<b>(373)</b>	<b>(3.155)</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>			
Aumento em obrigações por empréstimos no exterior	17.c 304	31.469	(52.508)
<b>CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	<b>304</b>	<b>31.469</b>	<b>(52.508)</b>
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>32.909</b>	<b>79.438</b>	<b>338.722</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício/semestre	4 710.417	555.167	216.445
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício/semestre	4 743.326	743.326	555.167
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>32.909</b>	<b>188.159</b>	<b>338.722</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## BANCO CAIXA GERAL - BRASIL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO  
CONGLOMERADO PRUDENCIAL  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015 E  
PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016  
(Em milhares de reais)

---

### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Caixa Geral - Brasil S.A. (“Banco”) é parte integrante do Grupo Caixa Geral de Depósitos, de origem portuguesa, iniciou suas operações em 1º de abril de 2009, e está organizado sob a forma de banco múltiplo, atuando através das carteiras comercial, de câmbio e de investimento.

O Grupo Caixa de Geral de Depósitos, no Brasil, está composto pelo Banco Caixa Geral Brasil S.A. (Banco) e pela CGD Investimentos Corretora de Valores e Câmbio S.A. (Corretora), adquirida em 2012. Em 2014, a CGD realizou a fusão de suas atividades de Homebroker com a Rico CTVM. Desta operação resultará, sujeito à aprovação do Banco Central do Brasil, a detenção de 51% das ações por parte do Grupo CGD. Esta operação permitirá que a atividade de corretagem passe a ser uma contribuição positiva para os resultados do Conglomerado no médio prazo.

No ano de 2015, a atividade institucional da Corretora foi definitivamente encerrada e, suas operações ficaram reduzidas ao mínimo regulatório, tendo sido integradas na estrutura do Banco.

No dia 29 de novembro de 2016, a Corretora assinou Contrato de Compra e Venda de Valores Mobiliários e outras Avenças (“Contrato”) junto à XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. (“Compradora”), celebrando a venda de sua participação econômica na FLAFLU Participações S.A., representada por debêntures conversíveis, conforme mencionado acima. Adicionalmente, é condição irrevogável para conclusão da transação a aprovação pelo Banco Central do Brasil e do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE. Atualmente, a transação ainda encontra-se sob análise do Banco Central do Brasil.

Em 31 de dezembro de 2016, a Corretora possuía empréstimo de curto prazo, com empresa sediada no exterior pertencente ao Grupo CGD, superior à sua disponibilidade no montante total de R\$50.610, com vencimentos em 01 de março e 28 de março de 2017 e em 26 de junho de 2017. A Administração tem conduzido suas operações para manter o patrimônio líquido da Corretora enquadrado, conforme as regras vigentes expedidas pelo Conselho Monetário Nacional, bem como para a manutenção da liquidez da Corretora.

### 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial foram elaboradas com a finalidade específica de atender as determinações do Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (BACEN), através da Resolução nº 4.280 e normas complementares.

As demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial do Banco Caixa Geral – Brasil S.A. compreendem as entidades discriminadas na Resolução nº 4.280/13, sobre os quais o Banco detenha controle direto ou indireto, incluindo: instituições financeiras, instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, administradoras de consórcio, instituições de pagamento, sociedades que realizem operações de crédito e fundos de investimento nos quais as entidades mencionadas, assumam ou retenham substancialmente riscos e benefícios.

No processo de consolidação das demonstrações financeiras do conglomerado prudencial foram eliminadas as transações com partes relacionadas, os saldos das contas de ativo e passivo, as receitas as despesas e os lucros não realizados entre as empresas.

A seguir estão apresentadas entidades consolidadas nas demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial:

<u>Empresa</u>	<u>Atividade</u>	<u>Percentual Banco</u>	<u>Consolidado Prudencial</u>
Banco Caixa Geral Brasil S.A.	Instituição Financeira	Líder	Líder
CGD Investimentos Corretora de Valores e Câmbio S.A	Instituição Financeira	50%	100%

As demonstrações financeiras consolidadas incluem estimativas e premissas revisadas periodicamente pelo Banco, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, valorização de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências, avaliação do valor recuperável, vida útil de determinados ativos e constituição de imposto de renda e contribuição social diferido. Os resultados efetivos podem ser diferentes destas estimativas e premissas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

As demonstrações financeiras da Corretora de 31 de dezembro de 2015 estão sendo rerepresentadas com o propósito de demonstrarem o registro dos ágios e de suas respectivas provisões decorrentes do processo de incorporação integral, ocorrida em 31 de outubro de 2012, da CGD Participações em Instituições Financeiras Ltda. ("CGD Pinf") pela Corretora, cujo objetivo foi simplificar a estrutura societária do Grupo.

Os ágios e suas provisões registrados no balanço da CGD Pinf no momento da incorporação apresentavam a seguinte composição em 31 de outubro de 2012:

	<b>2012</b>		
	<b>Custo</b>	<b>provisão</b>	<b>Valor líquido</b>
Ágio de sistemas/software	700	(700)	-
Ágio de licença	1.800	(1.800)	-
Ágio de carteira de clientes	28.000	(28.000)	-
Ágio de rentabilidade futura	79.474	(79.474)	-
<b>Total</b>	<b>109.974</b>	<b>(109.974)</b>	<b>-</b>

O ágio da carteira de clientes e sua provisão foram baixados no exercício de 2014, no momento da celebração do acordo operacional, quando ocorreu a transferência dos clientes da Corretora para a Rico.

Dessa forma, em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, os saldos dos referidos ágios e suas respectivas provisões e amortizações estão assim demonstrados:

	<b>2016</b>				<b>2015</b>			
	<b>Custo</b>	<b>Provisão</b>	<b>Amortização</b>	<b>Valor líquido</b>	<b>Custo</b>	<b>Provisão</b>	<b>Amortização</b>	<b>Valor líquido</b>
Ágio sistemas/software	700	(117)	(583)	-	700	(257)	(443)	-
Ágio licença	1.800	(300)	(1.500)	-	1.800	(660)	(1.140)	-
Ágio rentabilidade futura	79.474	(46.360)	(33.114)	-	79.474	(54.307)	(25.167)	-
<b>Total</b>	<b>81.974</b>	<b>(46.777)</b>	<b>(35.197)</b>	<b>-</b>	<b>81.974</b>	<b>(55.224)</b>	<b>(26.750)</b>	<b>-</b>

O total de ativos, o patrimônio líquido e o resultado da Corretora para o exercício de 2015, ou para quaisquer outros períodos, após a reapresentação dos ágios e de suas respectivas provisões e amortizações, não foram alterados, permanecendo R\$49.685, R\$2.655 e (R\$11.709), respectivamente.

Consequentemente, nas Demonstrações do Resultado para o exercício findo em dezembro de 2015, foram reconhecidos, para efeitos de reapresentação, uma receita de R\$8.447, registrada na rubrica “Outras receitas operacionais”, apresentado na nota explicativa nº 29, referente à reversão de provisão de ágios, e uma despesa de mesmo montante, registrada na rubrica “Outras despesas administrativas”, referente à amortização de ágios.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC emitiu diversos pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, embora nem todos tenham sido homologados pelo BACEN. Desta forma, o Banco, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN:

- a) CPC 00 (R1) – Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil financeiro - homologado pela Resolução CMN nº 4.144/12.
- b) CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos - homologado pela Resolução CMN nº 3.566/08;
- c) CPC 03 (R2) - Demonstrações do fluxo de caixa - homologado pela Resolução CMN nº 3.604/08;
- d) CPC 05 (R1) - Divulgação de partes relacionadas - homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09;
- e) CPC 10 (R1) – Pagamento baseado em ações - homologado pela Resolução CMN nº 3.989/11;
- f) CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificações de erros – homologado pela Resolução CMN nº 4.007/11;
- g) CPC 24 – Eventos subsequentes – homologado pela Resolução CMN nº 3.973/11;
- h) CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes - homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09;
- i) CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados – homologado pela resolução CMN nº 4.424/15.

Em 2016, o Conselho Monetário Nacional emitiu as Resoluções nº 4.524, nº 4.534/2016 e nº 4.535/2016, que estabelecem procedimentos adotados a partir de 1º de janeiro de 2017, de forma prospectiva, relativos aos efeitos previstos, respectivamente, no CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis, no CPC 04 (R1) - Ativo Intangível e no CPC 27 - Ativo Imobilizado. Não é possível estimar quando o BACEN aprovará os demais pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC, nem se a adoção dos mesmos será feita de maneira prospectiva ou retrospectiva.

A autorização para divulgação das demonstrações financeiras foi dada pela Diretoria Executiva do Banco em 28 de abril de 2017.

### 3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis adotadas para a contabilização das operações e elaboração das demonstrações financeiras consolidadas estão apresentadas a seguir:

a) Apuração do resultado

As receitas e despesas das operações ativas e passivas são apropriadas pelo regime de competência, o qual reconhece os efeitos das operações sujeitas à variação monetária em base “pró-rata” dia. As operações ativas e passivas com cláusula de variação cambial são atualizadas pela taxa de compra ou de venda da moeda estrangeira, nas datas das demonstrações financeiras, de acordo com as disposições contratuais.

b) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (“impairment”)

É reconhecida uma perda por “impairment” se o valor de contabilização de um ativo excede seu valor recuperável. Perdas por “impairment” são reconhecidas no resultado do exercício. Os valores dos ativos não financeiros, exceto os créditos tributários, são revistos, no mínimo anualmente para determinar se há alguma indicação de perda, ou sempre que houver indícios objetivos de “impairment”.

c) Caixa e equivalentes de caixa

São representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações em operações compromissadas e em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

São demonstradas pelo valor da aplicação acrescido dos rendimentos proporcionais auferidos até as datas dos balanços.

e) Títulos e valores mobiliários

De acordo com a Circular nº 3.068/01, do BACEN, os títulos e valores mobiliários são classificados em três categorias distintas, conforme intenção da Administração, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

- (i) Títulos para negociação: são avaliados pelo valor de mercado, e seus ajustes são contabilizados em contrapartida à conta adequada de receitas e despesas do exercício.
- (ii) Títulos disponíveis para venda: contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são reconhecidos no resultado do exercício, e ajustados pelo valor de mercado. Os ganhos e perdas não realizados, líquidos dos efeitos tributários, decorrentes das variações no valor de mercado são reconhecidos em conta destacada do patrimônio líquido sob o título de “Ajuste ao valor de mercado - TVM”.
- (iii) Títulos mantidos até o vencimento: são adquiridos com a intenção e a capacidade financeira para manter até o vencimento. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são reconhecidos no resultado do exercício.

Os títulos classificados na categoria “títulos para negociação” estão apresentados no ativo circulante, independente de seu vencimento, conforme estabelecido pela Circular Bacen nº 3.068/2001.

As debêntures classificadas na categoria “títulos mantidos até o vencimento” são aquelas para as quais a Administração tem intenção e capacidade financeira de mantê-las até o vencimento. Esses títulos são registrados pelo seu valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos. O ágio e deságio, quando aplicável, são apropriados ao resultado em função dos prazos de vigência dos títulos.

As debêntures são atualizadas com base no lucro auferido pela empresa desde a data do investimento nas debêntures até a data de vencimento, na proporção de 51% para os debenturistas e 49% para os acionistas da empresa.

f) Instrumentos financeiros derivativos

De acordo com a Circular nº 3.082/02 do BACEN, e a Carta-Circular nº 3.026/02, os instrumentos financeiros derivativos compostos pelas operações a termo, futuros, *swaps* e opções são contabilizados segundo os seguintes critérios:

- Operações a termo: pelo valor final do contrato líquido da diferença entre esse valor e o preço à vista do bem ou direito. As receitas e despesas são auferidas em razão da fluência dos contratos até a data das demonstrações financeiras;
- Operações de futuros: os valores dos ajustes diários são contabilizados em conta de ativo ou passivo, de acordo com a natureza do saldo, e apropriados mensalmente no resultado do exercício;
- Operações de *swaps*: os valores relativos ao diferencial a receber ou a pagar são contabilizados em conta de ativo ou passivo, respectivamente, apropriado como receita ou despesa “pró-rata” dia até a data das demonstrações financeiras;
- Opções: os valores dos prêmios pagos ou recebidos são reconhecidos em adequada conta de ativo ou passivo, respectivamente, na data da operação até seu efetivo exercício, quando então são baixados como redução ou aumento do custo do bem ou direito, pelo efetivo valor de exercício, ou, caso a opção não seja exercida, como receita ou despesa, conforme resultado auferido.

Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelos seus valores de mercado e a valorização ou desvalorização reconhecida no resultado do exercício.

Os instrumentos financeiros derivativos designados como parte de uma estrutura de proteção contra riscos (“hedge”) podem ser classificados como:

I - “hedge” de risco de mercado; e

II - “hedge” de fluxo de caixa.

Os instrumentos financeiros derivativos destinados a “hedge” e os respectivos objetos de “hedge” são ajustados ao valor de mercado, observado o seguinte: (1) para aqueles classificados na categoria I, a valorização ou a desvalorização é registrada em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no resultado do exercício; e (2) para aqueles classificados na categoria II, a valorização ou desvalorização é registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários.

g) Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

São registradas considerando os rendimentos decorridos, reconhecidos em base “pró-rata” dia com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuada.

A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa é constituída considerando-se a classificação pelo nível de risco feita pela área de Risco de Crédito e levada a conhecimento da Administração do Banco no Comitê de Crédito, que considera a conjuntura econômica, os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, com observância dos parâmetros e diretrizes estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional - CMN, editada pelo BACEN, que determina a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo - perda).

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível "H" permanecem nesta classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e passam a ser controladas em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas anteriormente a renegociação. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão, e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível "H" e os eventuais ganhos provenientes da renegociação são reconhecidos como receita somente quando efetivamente recebidos.

h) Operações em moeda estrangeira

As operações ativas e passivas com cláusula de variação cambial são atualizadas pela taxa de compra ou de venda da moeda estrangeira, na data das demonstrações financeiras, de acordo com as disposições contratuais e as diferenças decorrentes de conversão de moeda reconhecidas no resultado do exercício.

i) Negociação e intermediação de valores

Demonstradas pelo valor de operações de compra e venda de ações e ativos financeiros realizadas nas bolsas de valores e de futuros, por conta própria e de clientes, pendentes de liquidação dentro do prazo regulamentar.

j) Outros valores e bens

São compostos por valores pagos antecipadamente, conforme previsão contratual e sua amortização é apropriada pelo seu prazo de vigência. A amortização destes contratos ocorre até no máximo 12 meses.

k) Ativos e Passivos circulante, realizável e exigível a longo prazo

Os Ativos são demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo os rendimentos e as variações monetárias auferidos, deduzidos, quando aplicável, das correspondentes provisões para perdas ou ajustes a valor de mercado.

Os Ativos realizáveis e os Passivos exigíveis dentro de 12 meses são classificados, respectivamente, no ativo e passivo circulante. Os Títulos e Valores Mobiliários classificados como títulos para negociação são classificados no Curto Prazo, independente de seu vencimento.

l) Permanente

- Investimentos

Os investimentos estão registrados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas quando aplicável.

- Imobilizado de uso

É demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear, considerando a vida útil econômica dos bens, sendo as principais taxas anuais: 10% para instalações, móveis e utensílios e 20% para veículos e equipamentos de processamento de dados, conforme circular Bacen nº 1.273/87.

- Intangível

Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. Registrado ao custo de aquisição, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada ou pelo prazo do respectivo contrato de uso a partir da data da sua disponibilidade para uso e ajustado por redução ao valor recuperável (“impairment”), quando aplicável.

O intangível também é composto por licenças de uso de software e desenvolvimento de plataformas tecnológicas.

O ágio com fundamento na previsão de resultados futuros é amortizado em consonância com os prazos de projeções que o justificaram.

m) Ativos e passivos contingentes, obrigações legais e provisão para risco

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos contingentes, obrigações legais (fiscais e previdenciárias) e provisão para risco são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09 do Conselho Monetário Nacional, que aprovou o Pronunciamento Técnico nº 25, emitido pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis, sendo os principais critérios:

- Ativos e passivos contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;
- Provisão para risco - são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perdas remotas não são passíveis de provisão ou divulgação;
- Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) - referem-se as demandas administrativas ou judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras, independentemente à classificação do risco, e atualizadas de acordo com a legislação vigente; e

- Contrato Oneroso - é um contrato no qual, apesar de ainda não concluído, ou até mesmo iniciado, já apresenta prejuízo decorrente da existência de custos inevitáveis que excedem os benefícios econômicos esperados do contrato.

n) Redução ao valor de recuperação

O CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos estabelece a necessidade de as entidades efetuarem uma análise periódica para verificar o grau de valor recuperável das despesas antecipadas e dos ativos imobilizado, diferido e intangível.

A redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros “impairment” é reconhecida como perda quando o valor de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa registrado contabilmente for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxo de caixa substancial, independentemente de outros ativos ou grupos de ativos. As perdas por “impairment”, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Os valores dos ativos não financeiros são objeto de revisão periódica, no mínimo, anual, para determinar se existe alguma indicação de perda no valor recuperável ou de realização desses ativos.

o) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% acima de limites específicos. A provisão para contribuição social foi constituída à alíquota de 15% do lucro antes do imposto de renda até 31 de agosto de 2015. A partir do mês de setembro de 2015, conforme a Lei nº 13.169/15, a alíquota da contribuição social passou para 20% do lucro antes do imposto de renda para o período base compreendido entre 1º de setembro de 2015 a 31 de dezembro de 2018.

Adicionalmente, são constituídos créditos tributários, a taxas vigentes à época das demonstrações financeiras, calculados sobre prejuízos fiscais e adições temporárias, no pressuposto de geração de lucros tributáveis futuros suficientes para a compensação desses créditos e são registrados na rubrica “Outros Créditos - Diversos” sendo realizado quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos.

p) Estimativas contábeis

A elaboração de informações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a provisão para contingências, provisão para devedores duvidosos, a valorização a mercado de títulos e valores mobiliários e de instrumentos financeiros derivativos, determinação da vida útil remanescente de ativos tangíveis, sistemas e ativos e direitos intangíveis, bem como da apropriação das despesas de depreciação e amortização e o registro de créditos tributários e as análises de “impairment”. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. O Banco revisa as estimativas e premissas periodicamente.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2016	
	Início Período	Fim Período
Disponibilidades	3.128	202.685
Aplicações interfinanceira de liquidez (nota 5)	541.289	-
Aplicações em operações compromissadas (nota 5)	<u>10.750</u>	<u>540.641</u>
Total de caixa e equivalente de caixa	<u>555.167</u>	<u>743.326</u>

  

	2015	
	Início Período	Fim Período
Disponibilidades	16.248	3.128
Aplicações interfinanceira de liquidez (nota 5)	155.593	541.289
Aplicações em operações compromissadas (nota 5)	<u>44.604</u>	<u>10.750</u>
Total de caixa e equivalente de caixa	<u>216.445</u>	<u>555.167</u>

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	2016			2015		
	Até 3 meses	De 3 meses a 12 meses	Total	Até 3 meses	De 3 meses a 12 meses	Total
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	3.306	3.306	10.750	14.477	25.227
Aplicações em operações compromissadas(*)	<u>540.641</u>	-	<u>540.641</u>	<u>541.289</u>	-	<u>541.289</u>
Total	<u>540.641</u>	<u>3.306</u>	<u>543.947</u>	<u>552.039</u>	<u>14.477</u>	<u>566.516</u>

(\*) Em 31 de dezembro de 2016, as aplicações em operações compromissadas possuíam vencimento em janeiro de 2017, a taxa de 13,50% a.a.

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

a) Composição da carteira em 31 de dezembro de 2016 e de 2015:

	2016		2015	
	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de custo	Valor de mercado
Títulos para negociação:				
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	89.127	89.029	4.799	4.798
Letras do Tesouro Nacional – LTN	45.689	45.968	48.356	48.339
Notas do Tesouro Nacional – NTN	27.328	27.372	28.424	28.452
Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA)	13.408	13.380	5.019	5.019
Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI)	4.037	4.088	-	-
Debêntures	<u>4.394</u>	<u>5.082</u>	<u>14.868</u>	<u>14.901</u>
Total de títulos para negociação	<u>183.983</u>	<u>184.919</u>	<u>101.466</u>	<u>101.509</u>

	2016		2015	
	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de custo	Valor de mercado
Títulos disponíveis para venda:				
Letras Financeiras do Tesouro – LFT (*)	2.280	2.279	1.999	1.999
Letras do Tesouro Nacional – LTN (**)	328.483	330.307	356.701	332.981
Notas do Tesouro Nacional – NTN	2.030	2.033	-	-
Debêntures (***)	<u>104.336</u>	<u>100.231</u>	<u>100.557</u>	<u>94.440</u>
Total de títulos disponíveis para venda	<u>437.129</u>	<u>434.850</u>	<u>459.257</u>	<u>429.420</u>
Títulos mantidos até o vencimento:				
Debêntures	<u>17.044</u>	-	<u>6.438</u>	<u>8.722</u>
Total de títulos mantidos até o vencimento	<u>17.044</u>	-	<u>6.438</u>	<u>8.722</u>
Total de títulos e valores mobiliários	<u>638.156</u>	<u>619.769</u>	<u>567.161</u>	<u>539.651</u>

(\*) Em dezembro de 2016, os títulos estavam bloqueados em garantia para contingências de natureza fiscal (nota 20).

(\*\*) Em dezembro de 2016, uma parcela desses títulos estava bloqueada em garantia de operações na BM&F Bovespa (nota 7.f).

(\*\*\*) Em dezembro de 2016, o Banco possui provisão para a realização de Debêntures, no montante de R\$3.100 (R\$6.393 em 2015).

b) Composição por prazo de vencimento:

	2016		2015	
	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de custo	Valor de mercado
<u>Títulos para negociação</u>				
Títulos Públicos				
Letras Financeiras do Tesouro – LFT				
De 1 a 3 anos	57.771	57.754	-	-
Acima de 3 anos	31.356	31.275	4.799	4.798
Letras do Tesouro Nacional - LTN				
De 3 a 12 meses	45.689	45.968	48.356	48.339
Notas do Tesouro Nacional - NTN				
De 3 a 12 meses	20.076	20.062	1.541	1.544
De 1 a 3 anos	6.655	6.704	20.205	20.209
Acima de 3 anos	<u>597</u>	<u>606</u>	<u>6.678</u>	<u>6.699</u>
Total de títulos públicos	<u>162.144</u>	<u>162.369</u>	<u>81.579</u>	<u>81.589</u>
Títulos privados				
Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA)				
Acima de 3 anos	13.408	13.380	5.019	5.019
Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI)				
Acima de 3 anos	4.037	4.088	-	-
Debêntures				
Acima de 3 anos	<u>4.394</u>	<u>5.082</u>	<u>14.868</u>	<u>14.901</u>
Total de títulos privados	<u>21.839</u>	<u>22.550</u>	<u>19.887</u>	<u>19.920</u>
Total de títulos para negociação	<u>183.983</u>	<u>184.919</u>	<u>101.466</u>	<u>101.509</u>
<u>Títulos disponíveis para venda</u>				
Letras Financeiras do Tesouro - LFT				

	2016		2015	
	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de custo	Valor de mercado
De 1 a 3 anos	2.280	2.279	1.999	1.999
Letras do Tesouro Nacional - LTN				
De 1 a 3 anos	233.996	235.627	279.765	260.314
Acima de 3 anos	94.487	94.680	<u>76.936</u>	<u>72.667</u>
Notas do Tesouro Nacional - NTN				
De 3 a 12 meses	1.427	1.428	-	-
De 1 a 3 anos	603	605	-	-
Total de títulos públicos	<u>332.793</u>	<u>334.619</u>	<u>358.700</u>	<u>334.980</u>
Debêntures				
Vencidas	724	-	724	-
Até 3 meses	-	-	1.672	1.673
De 3 a 12 meses	6.109	6.160	1.790	1.791
De 1 a 3 anos	55.520	55.079	38.868	38.818
Acima de 3 anos	<u>41.983</u>	<u>38.992</u>	<u>57.503</u>	<u>52.158</u>
Total de títulos privados	<u>104.336</u>	<u>100.231</u>	<u>100.557</u>	<u>94.440</u>
Total de títulos disponíveis para venda	<u>437.129</u>	<u>434.850</u>	<u>459.257</u>	<u>459.420</u>
<u>Títulos mantidos até o vencimento</u>				
Debêntures (**)				
Acima de 3 anos	17.044	-	6.438	8.722
Total de títulos privados	<u>17.044</u>	-	<u>6.438</u>	<u>8.722</u>
Total de títulos mantidos até o vencimento	<u>17.044</u>	=	<u>6.438</u>	<u>8.722</u>
Circulante (*)	192.243	192.507	105.652	104.973
Realizável a longo prazo	<u>445.913</u>	<u>427.262</u>	<u>461.509</u>	<u>434.678</u>
Total de títulos e valores mobiliários	<u>638.156</u>	<u>619.769</u>	<u>567.161</u>	<u>539.651</u>

(\*) Os títulos classificados na categoria “negociação” estão apresentados no ativo circulante independente de seu vencimento.

(\*\*) Refere-se às debêntures emitidas pela FLAFLU Participações S.A., dentro do contexto de aquisição dos direitos da Rico, conforme mencionado na nota explicativa nº 1. Essas debêntures são remuneradas com base no lucro auferido pela empresa desde a data do investimento nas debêntures até a data de vencimento, na proporção de 51% para os debenturistas e 49% para os acionistas da empresa.

c) Custódia dos títulos e valores mobiliários

Os títulos públicos no montante de R\$496.988 (R\$416.569 em 2015) estão custodiados no Sistema de Liquidação e Custódia – SELIC e os títulos privados no montante de R\$139.825 (R\$123.082 em 2015) estão custodiados na CETIP S.A. – Mercados Organizados.

d) Valor de mercado

Para os títulos públicos classificados nas categorias “disponíveis para venda” e “negociação” o valor de mercado foi apurado com base em preços e taxas praticadas em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA. Para os demais títulos que compõem a carteira e que não possuem preços médios divulgados, a Administração do Banco adota como parâmetro para cálculo do valor de mercado, o valor obtido mediante técnica interna de precificação.

Os títulos públicos e privados registrados na categoria “disponíveis para venda” resultaram em ajuste negativo no montante de R\$2.279 (R\$23.444 em 2015). O impacto no patrimônio líquido do Banco foi de R\$452 (R\$12.894 negativo em 2015), líquidos dos efeitos tributários.

## 7. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

O Banco realiza operações com derivativos, que se destinam a atender necessidades próprias ou de seus clientes, no sentido de reduzir sua exposição a riscos de mercado, moeda e juros. O gerenciamento desses riscos é efetuado através da determinação de limites e estabelecimentos de estratégias de operações. Os derivativos, de acordo com sua natureza e legislação específica, são contabilizados em contas patrimoniais e/ou de compensação.

A Corretora possui as seguintes políticas:

- i) Política de utilização: A Corretora utiliza instrumentos financeiros derivativos, registrados em contas patrimoniais e de compensação, com o propósito de atender às necessidades de gerenciamento de riscos de mercado.
- ii) Política de Gerenciamento: O gerenciamento das operações com esses instrumentos financeiros derivativos é efetuado com base nas posições consolidadas por taxas de juros locais, índice de inflação e Dólar.
- iii) Política de Critérios de avaliação e mensuração, métodos e premissas utilizados na apuração do valor de mercado: Para a apuração do valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos, a Corretora utiliza as taxas referenciais de mercado divulgadas principalmente pela BM&FBOVESPA. Os instrumentos financeiros derivativos são segregados nas categorias indexador, contraparte, local de negociação, valores de referência, faixas de vencimento e os valores de mercado.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a composição dos instrumentos financeiros derivativos registrados nas demonstrações financeiras é a seguinte:

- a) Comparação entre o valor de custo e o valor de mercado:

	2016			2015		
	Valor de custo	Ganhos/ (Perdas) não realizados	Valor de Mercado	Valor de custo	Ganhos/ (Perdas) não realizados	Valor de Mercado
Swap - diferencial a receber	29.084	35.040	64.124	15.687	14.659	30.346
Swap - diferencial a pagar	<u>(31.104)</u>	<u>(5.788)</u>	<u>(36.892)</u>	<u>(38.413)</u>	<u>(76.580)</u>	<u>(114.993)</u>
Total Swap	<u>(2.020)</u>	<u>29.252</u>	<u>27.232</u>	<u>(22.726)</u>	<u>(61.921)</u>	<u>(84.647)</u>
NDF - a receber	29.439	1.599	31.038	12.547	(8.416)	4.131
NDF - a pagar	<u>(5.672)</u>	<u>(825)</u>	<u>(6.497)</u>	<u>(3.951)</u>	<u>(11.124)</u>	<u>(15.075)</u>
Total NDF	<u>23.767</u>	<u>774</u>	<u>24.541</u>	<u>8.596</u>	<u>(19.540)</u>	<u>(10.944)</u>
Opções	<u>(104)</u>	<u>104</u>	=	=	=	=
Total opções	<u>(104)</u>	<u>104</u>	=	=	=	=
Total	<u>21.643</u>	<u>30.130</u>	<u>51.773</u>	<u>(14.130)</u>	<u>(81.461)</u>	<u>(95.591)</u>

Os instrumentos financeiros derivativos referem-se a operações de “Swap”, “Non-Deliverable Forward – NDF”, Futuros e Opções, sendo registradas na CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos e na BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros. O valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos foi apurado com base nos preços e taxas divulgados pela BM&FBOVESPA.

b) Composição do valor de referência por vencimento

	2016					2015				
	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Swap - posição ativa	3.336	324.735	419.383	486.548	1.234.002	34.088	20.339	94.774	355.421	504.622
Swap - posição passiva	312.634	186.144	288.264	342.223	1.129.265	309.355	394.395	666.848	563.715	1.934.313
NDF - posição ativa	85.275	209.680	-	-	294.955	45.976	51.188	-	-	97.164
NDF - posição passiva	16.631	43.237	-	-	59.868	788.639	36.426	-	-	825.065
Opções – posição vendida	9.375	-	-	-	9.375	-	-	-	-	-
Futuros - posição comprada	340.596	768.721	170.634	103.579	1.383.530	-	1.325.155	440.831	35.405	1.801.391
Futuros - posição vendida	<u>908.135</u>	<u>475.446</u>	<u>394.840</u>	<u>237.159</u>	<u>2.015.580</u>	-	<u>705.383</u>	<u>772.363</u>	<u>280.235</u>	<u>1.757.981</u>
Total	<u>1.675.982</u>	<u>2.007.963</u>	<u>1.273.121</u>	<u>1.169.509</u>	<u>6.126.575</u>	<u>1.178.058</u>	<u>2.532.886</u>	<u>1.974.816</u>	<u>1.234.776</u>	<u>6.920.536</u>

c) Composição por indexador

	2016			2015		
	Valor a receber	Valor a pagar	Valor de referência	Valor a receber	Valor a pagar	Valor de referência
Operações de Swap						
Posição ativa	<u>64.124</u>	-	<u>1.234.002</u>	<u>30.346</u>	-	<u>504.622</u>
CDI x DOLAR VENDA	619	-	10.216	-	-	-
CDI x IPCA	88	-	10.184	13	-	4.243
CDI x LIBOR	753	-	27.543	-	-	-
CDI x LIBOR 1	9.096	-	64.850	848	-	29.400
CDI x LIBOR 2	283	-	6.667	-	-	-
CDI x LIBOR 6M	13.546	-	150.000	-	-	-
CDI x PRÉ	1.427	-	39.554	5.052	-	39.554
DOLAR VENDA x CDI	-	-	-	507	-	22.388
DOLAR VENDA x LIBOR	5.189	-	115.363	9.471	-	123.273
DOLAR VENDA x LIBOR 1	6.390	-	151.950	12.808	-	173.486
IPCA x CDI	11.444	-	49.840	1.229	-	49.840
LIBOR x DOLAR VENDA	134	-	27.543	-	-	-
LIBOR 1 x DOLAR VENDA	730	-	191.938	16	-	20.398
LIBOR 2 x DOLAR VENDA	5	-	6.667	41	-	10.000
PRÉ x CDI	13.933	-	375.338	152	-	21.300
PRÉ x DOLAR VENDA	487	-	6.349	209	-	10.740
Posição passiva	-	<u>(36.892)</u>	<u>1.129.265</u>	-	<u>(114.993)</u>	<u>1.934.313</u>
CDI x DOLAR VENDA	-	-	-	-	(11.622)	77.183
CDI x IPCA	-	(11.180)	60.904	-	(1.048)	65.058
CDI x LIBOR 1	-	(922)	3.723	-	(2.535)	5.398
CDI x LIBOR 2	-	-	-	-	(1.456)	10.000
DOLAR VENDA x CDI	-	(2.656)	115.451	-	-	-
LIBOR x DOLAR VENDA	-	(4.369)	115.363	-	(8.224)	123.273
LIBOR 1 x DOLAR VENDA	-	(4.277)	222.218	-	(9.615)	448.301
LIBOR 6 M x DOLAR VENDA	-	(637)	149.975	-	-	-
PRÉ x CDI	-	(12.851)	461.631	-	(77.879)	1.194.706
PRÉ x DOLAR VENDA	-	-	-	-	(2.614)	10.394
Total de operações de Swap	<u>64.124</u>	<u>(36.892)</u>	<u>2.363.267</u>	<u>30.346</u>	<u>(114.993)</u>	<u>2.438.935</u>
Operações de NDF						

	2016			2015		
	Valor a receber	Valor a pagar	Valor de referência	Valor a receber	Valor a pagar	Valor de referência
Posição ativa	<u>31.038</u>	=	<u>294.955</u>	<u>4.131</u>	=	<u>97.164</u>
Dólar Venda	29.978	-	291.743	4.131	-	97.164
Euro Venda	1.060	-	3.212	=	=	=
Posição passiva	=	<u>(6.497)</u>	<u>59.868</u>	=	<u>(15.075)</u>	<u>825.065</u>
Dólar Venda	=	(6.497)	59.868	=	(15.067)	820.105
Euro Venda	=	-	-	=	(8)	4.960
Total de operações de <i>NDF</i>	<u>31.038</u>	<u>(6.497)</u>	<u>354.823</u>	<u>4.131</u>	<u>(15.075)</u>	<u>922.229</u>
Operações Opções	=	=	<u>9.375</u>	=	=	=
Posição Dólar Vendida	=	=	9.375	=	=	=
Total de operações de <i>Opções</i>	=	=	<u>9.375</u>	=	=	=
Operações de Futuros						
Posição comprada	=	<u>(13.118)</u>	<u>1.433.775</u>	<u>28.118</u>	<u>(2)</u>	<u>1.801.391</u>
DDI	=	(10.912)	1.153.644	12.947	=	932.491
DOL	=	(2.163)	268.005	15.167	=	868.239
EUR	=	(43)	12.126	4	=	223
IND	=	-	-	=	(2)	438
Posição vendida	<u>5.239</u>	<u>(109)</u>	<u>1.965.535</u>	<u>781</u>	<u>(1.033)</u>	<u>1.757.981</u>
DDI	5.181	=	600.564	42	=	106.786
DI	=	109	1.305.010	739	=	1.436.632
DOL	52	=	57.184	=	(818)	202.074
EUR	6	=	2.577	=	(215)	12.489
Total de operações de Futuros	<u>5.239</u>	<u>(13.227)</u>	<u>3.399.110</u>	<u>28.899</u>	<u>(1.035)</u>	<u>3.559.372</u>
Total	<u>100.401</u>	<u>(56.616)</u>	<u>6.126.575</u>	<u>63.376</u>	<u>(131.103)</u>	<u>6.920.536</u>

d) Valor de referência por local de negociação

	Bolsa	Balcão	Total	Bolsa	Balcão	Total
	BM&FBovespa	(Cetip)	2016	BM&FBovespa	(Cetip)	2015
<i>Operações de swap</i>	1.112.902	1.250.365	2.363.267	1.419.477	1.019.458	2.438.935
<i>Operações de NDF</i>	=	354.823	354.823	=	922.229	922.229
Opções – posição vendida	9.375	=	9.375	=	=	=
Futuros - posição comprada	1.383.530	=	1.383.530	1.801.391	=	1.801.391
Futuros - posição vendida	<u>2.015.580</u>	=	<u>2.015.580</u>	<u>1.757.981</u>	=	<u>1.757.981</u>
Total	<u>4.521.387</u>	<u>1.605.188</u>	<u>6.126.575</u>	<u>4.978.849</u>	<u>1.941.687</u>	<u>6.920.536</u>

As operações envolvendo contratos de futuros de índices e moedas são realizadas para proteção das exposições globais do Banco e em operações para atendimento aos seus clientes.

Os ajustes sobre os contratos de futuros são apurados diariamente, e liquidados em D+1, na conta de negociação e intermediação de valores.

e) Resultado com instrumentos financeiros derivativos

Informamos a seguir os ganhos e as perdas (realizados ou não) que impactaram os resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 e semestre findo em 31 de dezembro de 2016. Tais ganhos e perdas estão sendo apresentados líquidos do resultado gerado pelos derivativos utilizados como instrumento de Hedge de risco de mercado.

	2º Semestre de 2016			Exercício de 2016			Exercício de 2015		
	Ganho	Perda	Líquido	Ganho	Perda	Líquido	Ganho	Perda	Líquido
Swap	178.508	(152.726)	25.782	371.227	(298.081)	73.146	286.947	(362.757)	(75.810)
NDF	86.467	(84.014)	2.453	259.398	(166.450)	92.948	234.780	(410.103)	(175.323)
Opções	222	(84)	138	232	(84)	148	48	-	48
Contrato de futuros	<u>577.643</u>	<u>(620.550)</u>	<u>(42.907)</u>	<u>1.295.384</u>	<u>(1.481.611)</u>	<u>(186.227)</u>	<u>2.050.466</u>	<u>(1.687.217)</u>	<u>363.249</u>
Total	<u>842.840</u>	<u>(857.374)</u>	<u>(14.534)</u>	<u>1.926.241</u>	<u>(1.946.226)</u>	<u>(19.985)</u>	<u>2.572.241</u>	<u>(2.460.077)</u>	<u>112.164</u>

f) Valor e tipo de margem dados em garantia

O montante de margem depositado em garantia na BM&FBOVESPA e CBLC das operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 tem a seguinte composição:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Títulos e valores mobiliários – Carteira própria		
Letras do Tesouro Nacional – LTN	<u>221.291</u>	<u>312.231</u>
Total	<u>221.291</u>	<u>312.231</u>

A rubrica “Vinculados à prestação de garantias” é composta também por Letras Financeiras do Tesouro – LFT no montante de R\$2.279 em 2016 vinculadas a depósitos judiciais (nota 20.a).

g) Derivativos Utilizados como Instrumentos de “Hedge”

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, as estruturas de “hedge de risco de mercado” são compostas por contratos futuros, com valor de referência atualizado de R\$545.424 (R\$509.693 em 2015) e vencimentos que variam de janeiro de 2017 a outubro de 2018, e visam proteger o Banco das flutuações nas captações efetuadas em moeda estrangeira e aplicações em operações compromissadas.

O valor de mercado das captações no exterior é de R\$491.729 (R\$444.529 em 2015) e está classificado como objeto de “hedge de risco de mercado”. O ajuste a mercado que foi reconhecido no resultado como despesa é de R\$957 (R\$2.941 em 2015).

O valor de mercado das aplicações em operações compromissadas é de R\$25.603 (R\$56.713 em 2015) e está classificado como objeto de “hedge de risco de mercado”. O ajuste a mercado que foi reconhecido no resultado como receita é de R\$1 (R\$2 despesa em 2015).

A efetividade das estruturas do “hedge de risco de mercado” é medida mensalmente por intermédio do resultado financeiro, oriundo do valor de mercado dos derivativos designados para “hedge” e do instrumento objeto de “hedge”.

A efetividade apurada para a carteira de “hedge” em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 está em conformidade com o padrão estabelecido pelo BACEN e não foi identificada nenhuma parcela inefetiva a ser registrada contabilmente durante o período.

As operações acima não representam a exposição global do Banco aos riscos de mercado, de moeda e de taxas de juros, por contemplarem apenas os instrumentos financeiros derivativos destinados a “hedge”.

## 8. GESTÃO DE RISCOS

O Conglomerado Financeiro Caixa Geral Brasil conta com processos de gestão de risco abrangentes, através dos quais pode monitorar, avaliar e administrar os riscos assumidos na realização de suas atividades. Estes processos incluem a gestão da exposição ao risco de mercado, de crédito, de liquidez e operacional. A estrutura de gestão de risco foi desenvolvida com base em três componentes essenciais: governança, processos e pessoas.

O processo de gestão de riscos tem como objetivo identificar, avaliar, monitorar os eventos de risco (natureza interna e externa) que possam afetar as estratégias das unidades de negócio e de suporte, bem como o cumprimento de seus objetivos, gerando impactos nos resultados, no capital e na liquidez do Banco.

A estrutura de controle dos riscos de Mercado, Crédito, Liquidez e Operacional é centralizada e visa assegurar que as diversas unidades seguem as políticas e os procedimentos estabelecidos. A identificação, agregação e acompanhamento dos riscos são feitos de modo a fornecer informações para as decisões da alta direção.

### I - Risco de Mercado

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos fatores de risco de mercado de posições detidas por uma instituição financeira, incluindo os riscos das operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (“commodities”).

A gestão de riscos de mercado é o processo pelo qual a instituição identifica, mensura, monitora os riscos de variações nas cotações de mercado dos instrumentos financeiros, objetivando a otimização da relação risco retorno, valendo-se de estrutura de limites, modelos e ferramentas de gestão adequados.

O controle de risco de mercado é realizado por área independente das áreas de negócios, responsável por executar as atividades diárias de mensuração, avaliação e reporte de risco. Além disso, também realiza monitoramento, avaliação e reporte consolidado das informações de risco de mercado, visando fornecer subsídios para acompanhamento pela Administração local, pela Matriz e para atendimento aos órgãos reguladores no Brasil e no exterior.

O processo de gestão e controle de risco de mercado é submetido a revisões periódicas, com objetivo de manter-se alinhado às melhores práticas de mercado.

As análises do risco de mercado são realizadas com base nas seguintes métricas:

- Valor em Risco (VaR - Value at Risk): medida estatística que quantifica a perda econômica potencial máxima esperada em condições normais de mercado, considerando horizonte de tempo e intervalo de confiança definidos;
- Perdas potenciais em Cenários de Estresse (Teste de Estresse): técnica de simulação para avaliação do comportamento dos ativos e passivos do portfólio quando diversos fatores de risco são levados a situações extremas de mercado (baseadas em cenários prospectivos da BM&Fbovespa ou própria);
- Alerta de Stop Loss: Perdas efetivas somadas num determinado horizonte de tempo. O Banco adota uma política de alertas baseada em gatilhos;
- Sensibilidade (BPV): impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa, quando submetidos a um aumento de 1 ponto-base a.a. nas taxas de juros atuais.

Os limites e a exposição aos riscos de mercado são conservadores quando comparados ao Patrimônio de Referência do Banco. Em 31 de dezembro de 2016, o VaR para um horizonte de 10 dias ao qual o Banco estava exposto era de R\$345 (R\$988 em 2015).

## II - Risco de Crédito

O risco de crédito é a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

Em linha com os princípios da Resolução nº 3.721 de 30 de abril de 2009 do CMN, o Banco possui uma estrutura e uma política de gerenciamento do risco de crédito, aprovada pelo seu Conselho de Administração.

A gestão de risco de crédito do Banco visa preservar a qualidade dos ativos de crédito em patamares adequados. Esta gestão é feita tanto no nível individual dos ativos que compõem a carteira, quanto no nível consolidado desta carteira.

No nível individual, o risco de crédito é avaliado quando da concessão dos limites/operações e acompanhamento periódico da qualidade do ativo.

São levados em consideração a qualidade intrínseca da contraparte/grupo e a estrutura da operação, que pode conter mitigadores de risco como garantias. Destas análises, derivam as classificações de risco das operações e correspondentes níveis de provisionamento em linha com a perda esperada, por sua vez calculada com base nos parâmetros utilizados para o cálculo do capital.

No nível consolidado, são monitorados os elementos globais da carteira, visando atender os requisitos regulatórios e as políticas internas aprovadas pelo Conselho de Administração do Banco. Este monitoramento busca identificar possíveis concentrações de carteira, de forma estática e dinâmica. A avaliação deste monitoramento pode resultar em ações corretivas ou preventivas, quando a Administração do Banco julgar necessário.

## III- Risco Operacional

O risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Inclui o risco legal, associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

A crescente sofisticação do ambiente e dos negócios bancários e a evolução da tecnologia tornam mais complexos os perfis de risco das organizações, delineando com mais nitidez esta classe de risco, cujo gerenciamento apesar de não ser prática nova, requer agora uma estrutura específica, distinta das tradicionalmente aplicadas aos riscos de crédito e de mercado.

Em linha com os princípios da Resolução nº. 3.380 de 29 de junho de 2006 do CMN, o Banco definiu uma política de gerenciamento do risco operacional, com a aprovação ratificada pelo seu Conselho de Administração.

A política constitui um conjunto de princípios, procedimentos e instrumentos que proporcionam uma permanente adequação do gerenciamento à natureza e complexidade dos produtos, serviços, atividades, processos e sistemas.

A estrutura formalizada na política prevê os procedimentos para identificação, avaliação, monitoramento, controle, mitigação e comunicações relacionados ao risco operacional, e os papéis e responsabilidades dos órgãos que participam dessa estrutura.

O Banco possui também metodologia e sistema aplicativo, que é o mesmo utilizado por sua Matriz – a Caixa Geral de Depósitos – para o registro dos eventos de risco operacional e indicação dos processos a que se relacionam. Foi estabelecido um Comitê de Riscos Operacionais onde são apresentadas as ocorrências, as perdas operacionais e os mitigantes implementados ou propostos.

A partir de 01 de julho de 2008 entrou em vigor a legislação do BACEN obrigando as instituições financeiras a alocar capital para risco operacional. O Banco optou pela utilização da Abordagem do Indicador Básico.

#### IV- Risco de Liquidez

O risco de liquidez é a possibilidade de ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis - "descasamentos" entre pagamentos e recebimentos - que possam afetar a capacidade de pagamento da instituição, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O *Stress Test* de liquidez utiliza como premissas uma queda na base de captações, inadimplência e stress na carteira de derivativos para assim simular um fluxo de caixa para situações adversas. Essa métrica é acompanhada mensalmente no Comitê de Ativos e Passivos (ALCO).

Para administrar a liquidez do caixa são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pelas áreas de controle e de gestão de liquidez. Como partes dos controles diários são estabelecidos limites de caixa mínimo, os quais permitem que ações prévias sejam tomadas para garantir um caixa confortável e rentável.

Uma descrição mais detalhada da estrutura de riscos está disponível no site [www.bcgbrasil.com.br/Divulgacao-informacoes/Gestao-Risco](http://www.bcgbrasil.com.br/Divulgacao-informacoes/Gestao-Risco).

## 9. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

As informações da carteira de crédito, em 31 de dezembro de 2016 e 2015, estão assim apresentadas:

### a) Composição da carteira por modalidade de operação

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Capital de giro	468.718	575.511
Financiamento – BNDES	16.058	78.694
Financiamento – Finame	<u>7.688</u>	<u>8.674</u>
Total de operações de crédito com característica de concessão de crédito	<u>492.464</u>	<u>662.879</u>
Outros créditos e títulos a receber (*)	14.839	14.849
Adiantamento sobre contrato de câmbio (nota 10)	100.578	97.282
Créditos para avais e fianças honrados	<u>19.681</u>	<u>23.581</u>
Total de operações de crédito e outros créditos com característica de concessão de crédito	<u>627.562</u>	<u>798.591</u>

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(65.077)	(33.286)
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	<u>(11.251)</u>	<u>(12.837)</u>
Total da provisão	<u>(76.328)</u>	<u>(46.123)</u>
Circulante	406.126	372.900
Realizável a longo prazo	145.108	379.568

(\*) Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, refere-se às operações de títulos e créditos a receber com característica de concessão de crédito adquiridas sob a forma de cessão de crédito sem coobrigação no montante de R\$14.839 (R\$14.849 em 2015) com vencimento final em janeiro e fevereiro de 2017 (janeiro de 2016 em 2015) (nota 11).

b) Composição da carteira por setor de atividade

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Setor Privado:		
Indústria	242.917	276.038
Comércio	109.825	66.657
Outros	<u>274.820</u>	<u>455.896</u>
Total	<u>627.562</u>	<u>798.591</u>

c) Composição da carteira por vencimento

	<u>2016</u>						<u>2015</u>	
	<u>Vencida</u>	<u>A vencer</u>					<u>Total</u>	<u>Total</u>
		<u>01 a 30</u>	<u>31 a 90</u>	<u>91 a 180</u>	<u>181 a 360</u>	<u>Acima 360</u>		
Capital de giro	60.389	34.775	44.433	49.482	142.466	137.173	468.718	575.511
Financiamento - BNDES	5.850	186	275	413	825	8.509	16.058	78.694
Financiamento - Finame	6.257	30	58	87	173	1.083	7.688	8.674
Títulos com característica de Concessão de crédito (nota 11)	-	14.839	-	-	-	-	14.839	14.849
Adiantamento sobre contrato de câmbio - ACC (nota 10)	16.555	6.736	17.245	35.376	24.666	-	100.578	97.282
Créditos p/Avais e Fianças								
Honrados	<u>19.681</u>	-	-	-	-	-	<u>19.681</u>	<u>23.581</u>
Total	<u>108.732</u>	<u>56.566</u>	<u>62.011</u>	<u>85.358</u>	<u>168.130</u>	<u>146.765</u>	<u>627.562</u>	<u>798.591</u>

d) Composição da carteira por nível de risco

Nível	Faixa de provisão - %	<u>2016</u>			<u>2015</u>		
		<u>Vencido</u>	<u>Curso normal</u>		<u>Vencido</u>	<u>Curso normal</u>	
			<u>Provisão</u>	<u>Provisão</u>		<u>Provisão</u>	<u>Provisão</u>
AA	-	-	23.439	-	-	806	-
A	0,50%	-	131.087	655	-	109.370	547
B	1,00%	-	282.321	2.823	-	541.351	5.413
C	3,00%	18.389	81.983	3.012	-	93.182	2.795
F	50,00%	41.008	-	20.503	10.475	34.056	22.265
H	100,00%	<u>49.335</u>	-	<u>49.335</u>	-	<u>9.351</u>	<u>9.351</u>
Total		<u>108.732</u>	<u>518.830</u>	<u>76.328</u>	<u>10.475</u>	<u>788.116</u>	<u>40.371</u>

e) Movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa

	<b>2016</b>		<b>2015</b>
	<u>2º Semestre</u>	<u>Exercício</u>	<u>Exercício</u>
Saldo no início do exercício	(51.511)	(46.123)	(16.881)
Provisão constituída	(26.546)	(31.934)	(71.612)
Reversão de provisão	1.729	1.729	-
Baixa perda	-	-	<u>42.370</u>
Saldo ao final do exercício	<u>(76.328)</u>	<u>(76.328)</u>	<u>(46.123)</u>

f) Cessões de crédito, créditos renegociados e créditos recuperados

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, houve aquisição de crédito, sem coobrigação, cujo saldo a receber em aberto é de R\$14.839. No exercício findo em 31 de dezembro de 2015 houve aquisição de crédito, sem coobrigação, cujo saldo a receber em aberto era de R\$14.849.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, houve recuperações de créditos anteriormente baixados como prejuízo, no montante de R\$212. Não houve recuperação de créditos anteriormente baixados como prejuízo no exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

10. CARTEIRA DE CÂMBIO

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
<b>Ativo:</b>		
Câmbio comprado a liquidar	108.180	113.673
Direitos sobre venda de câmbio	37.875	85.452
Rendas a receber de adiantamentos concedidos (nota 9.a)	<u>1.767</u>	<u>1.481</u>
Total	<u>147.822</u>	<u>200.606</u>
<b>Passivo:</b>		
Câmbio vendido a liquidar	36.114	84.331
Obrigações por compras de câmbio	110.559	102.000
Adiantamento sobre contrato de câmbio (nota 9.a)	<u>(98.811)</u>	<u>(95.801)</u>
Total	<u>47.862</u>	<u>90.530</u>

A carteira de câmbio, em 2016 e 2015, possui prazo de até 9 meses.

## 11. OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Títulos de crédito a receber (nota 9.a)	14.839	14.849
Crédito tributário de IR e CSLL (nota 21.b)	56.523	73.717
Impostos e contribuições a compensar	3.029	3.819
Pagamentos a ressarcir	17	40
Adiantamento e antecipações salariais	767	120
Devedores por depósito em garantia (a)	54.890	27.549
Devedores por depósito em garantia arbitragem (c)	20.003	-
Valores a receber de Sociedades Ligadas (nota 23.b)	-	67
“Escrow account” (b)	545	545
Outros	<u>459</u>	<u>534</u>
<b>Total</b>	<b><u>151.072</u></b>	<b><u>121.240</u></b>
Circulante	70.818	67.091
Realizável a longo prazo	80.254	54.149

- a) Referem-se, principalmente, a depósitos judiciais da Corretora relacionados à discussão no tocante ao PIS/COFINS no montante de R\$29.593, Lei 9.718/98 e IR/CSLL desmutualização da Bolsa no montante de R\$21.327.
- b) Referem-se a reembolsos relacionados a processos trabalhistas e cíveis classificados como probabilidade de perda provável e que estão cobertos por uma conta Escrow junto ao Deutsche Bank.
- c) Refere-se a recursos levantados inicialmente pela Corretora a título de reembolso e depositados em garantia em função da discussão em câmara de arbitragem, conforme mencionado na nota 32.

## 12. RENDAS A RECEBER

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Comissões por garantias prestadas a receber (b)	1.604	3.041
Serviços prestados a receber (a)	1.107	566
Outras rendas a receber	-	<u>6</u>
<b>Total</b>	<b><u>2.711</u></b>	<b><u>3.613</u></b>
Circulante	2.711	2.328
Realizável a longo prazo	-	1.285

- (a) Refere-se, principalmente, a comissões a receber pela prestação de serviços de assessoria financeira.
- (b) Referem-se a comissões sobre garantia de operações em moeda estrangeira

13. NEGOCIAÇÃO E INTERMEDIÇÃO DE VALORES

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Caixa de registro e liquidação	-	27.864
Devedores – conta liquidação pendentes	<u>388</u>	<u>388</u>
Total	<u>388</u>	<u>28.252</u>

14. OUTROS VALORES E BENS

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Prêmio de seguro	293	314
Comissões de carta de fiança	50	62
Contratos de prestação de serviços	334	470
Manutenção de sistemas	11	34
Outras	<u>54</u>	<u>2</u>
Total	<u>742</u>	<u>882</u>
Circulante	544	547
Exigível a longo prazo	198	335

15. IMOBILIZADO DE USO

Está representado por:

	<u>2016</u>				<u>2015</u>	
	<u>Taxa anual depreciação</u>	<u>Custo</u>	<u>Depreciação acumulada</u>	<u>“impairment”</u>	<u>Valor líquido</u>	<u>Valor Líquido</u>
Instalações, móveis e equipamento de uso	10%	3.035	(773)	-	2.262	2.368
Comunicação	10%	321	(209)	(1)	111	136
Processamento de dados	20%	1.874	(1.263)	(4)	607	817
Veículos	20%	<u>195</u>	<u>(37)</u>	<u>-</u>	<u>158</u>	<u>33</u>
Total		<u>5.425</u>	<u>(2.282)</u>	<u>(5)</u>	<u>3.138</u>	<u>3.354</u>

16. INTANGÍVEL

Está representado por licenças de uso de softwares destinados à manutenção das atividades do Banco, ou exercidos com essa finalidade, como segue:

a) Softwares

Taxa anual amortização	2016			2015	
	Custo	Amortização acumulada	“impairment”	Valor líquido	Valor líquido
20%	6.843	(3.899)	(355)	2.589	3.345

b) Ágios advindos da incorporação

A seguir demonstramos a composição dos ágios registrados na Corretora, conforme nota explicativa nº 2.

	2016				2015			
	Custo	Provisão	Amortização	Valor Líquido	Custo	Provisão	Amortização	Valor Líquido
Ágio sistemas/software	700	(117)	(583)	-	700	(257)	(443)	-
Ágio licença	1.800	(300)	(1.500)	-	1.800	(660)	(1.1400)	-
Ágio rentabilidade futura	<u>79.474</u>	<u>(46.360)</u>	<u>(33.114)</u>	-	<u>79.474</u>	<u>(54.307)</u>	<u>(25.167)</u>	-
Total	<u>81.974</u>	<u>(46.777)</u>	<u>(35.197)</u>	=	<u>81.974</u>	<u>(55.224)</u>	<u>(26.750)</u>	=

17. CAPTAÇÕES

a) Depósitos

	2016	2015
Depósitos à vista	<u>11.807</u>	<u>10.367</u>
Depósitos a prazo	<u>462.743</u>	<u>319.249</u>
De 1 a 90 dias	108.001	91.596
De 91 até 360 dias	273.233	161.641
A vencer após 360 dias	<u>81.509</u>	<u>66.012</u>
Depósitos interfinanceiros	<u>70.452</u>	<u>165.303</u>
De 1 a 90 dias	<u>70.452</u>	<u>165.303</u>
Total de depósitos	<u>545.002</u>	<u>494.919</u>
Circulante	463.493	428.907
Exigível a longo prazo	81.509	66.012

Os depósitos a prazo e interfinanceiros com taxas pós-fixadas, no montante de R\$516.544 (R\$477.752 em 2015), apresentam percentuais do Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”) que variam de 95% a 112,5% (de 95,5% a 113,8% em 2015). Os depósitos a prazo com taxas pré-fixadas, no montante de R\$17.850 (R\$10.692 em 2015), apresentam taxas ao ano que variam de 12,72% a 18,37% (12,72% a 18,37% em 2015).

b) Captações no mercado aberto

	2016		2015	
	<u>De 1 a 90 dias</u>	<u>Total</u>	<u>De 1 a 90 dias</u>	<u>Total</u>
Carteira própria				
Debêntures	68.913	68.913	67.637	67.637
Carteira terceiro				
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	120.079	120.079	-	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	-	<u>20.061</u>	<u>20.061</u>
Carteira livre movimentação				
Notas do Tesouro Nacional - NTN	<u>7.427</u>	<u>7.427</u>	-	-
Total captações no mercado aberto	<u>196.419</u>	<u>196.419</u>	<u>87.698</u>	<u>87.698</u>

c) Recursos de aceites e emissão de títulos

Representado por letras financeiras, letras de crédito do agronegócio e letras de crédito imobiliário com taxas pós-fixadas, no montante de R\$177.294 (R\$175.681 em 2015) apresentam percentuais do Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”) que variam de 90% a 113% (91,5% a 115,5% em 2015). As letras financeiras, letras de crédito do agronegócio e as letras de crédito imobiliário com taxas pré-fixadas, no montante de R\$1.610 (R\$6.187 em 2015), apresentam taxas ao ano que variam de 12,83% a 15,10% (11,76% a 15,10% em 2015).

d) Obrigações por repasses do país – Instituições Oficiais

Representado por repasses do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES Exim e operações de Finame nos montantes de R\$10.192 (R\$77.908 em 2015) e R\$1.430 (R\$8.655 em 2015), respectivamente, com prazo de vencimento de 2017 a 2023.

e) Obrigações por empréstimos no exterior

	2016		2015
	<u>USD</u>	<u>Reais</u>	<u>Reais</u>
Empréstimo no Exterior			
Grupo Caixa Geral de Depósitos - Objeto de Hedge(*)	150.700	491.729	444.529
Grupo Caixa Geral de Depósitos (**)	64.624	216.652	98.338
International Finance Corporation - IFC		48.238	67.507
Outros Bancos	5.400	<u>18.523</u>	<u>85.120</u>
Total		<u>775.142</u>	<u>695.494</u>
Circulante		<u>629.527</u>	467.910
Exigível a longo prazo		<u>145.615</u>	227.584

(\*) Estas operações foram objeto de “hedge”, descritos na nota 7.g.

(\*\*) Operação com parte relacionada, conforme descrito na nota 23.

## 18. OUTRAS OBRIGAÇÕES

### a) Sociais e estatutárias

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Depósitos para garantia de patrimônio líquido (*)	<u>171</u>	<u>171</u>
Total	<u>171</u>	<u>171</u>

(\*) Representado por valores recebidos no País por conta e ordem da controladora, a Caixa Geral de Depósitos S.A.

### b) Fiscais e previdenciárias

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Impostos e contribuições sobre os lucros a pagar (*)	-	1.060
Provisão para riscos fiscais e previdenciários (nota 20.a)	22.909	20.578
Impostos e contribuições a recolher	4.037	8.313
Impostos e contribuições diferidos (nota 21.c)	<u>15.660</u>	<u>16.453</u>
Total	<u>42.606</u>	<u>46.404</u>
Circulante	19.697	25.826
Exigível a longo prazo	22.909	20.578

### c) Diversas

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Valores a pagar a sociedades ligadas (nota 23.b)	2	65
Provisão para risco de crédito de garantias e fianças prestadas (*)	2.111	2.869
Provisão para riscos cíveis e trabalhistas (nota 20.b)	776	921
Provisão para despesas de pessoal	6.728	6.160
Fornecedores a pagar	709	894
Cobrança	173	42
Outras (**)	<u>21.385</u>	<u>1.309</u>
Total	<u>31.885</u>	<u>12.260</u>
Circulante	30.092	8.691
Exigível a longo prazo	1.792	3.569

(\*) As responsabilidades por garantias e fianças prestadas, locais e internacionais, montam em R\$413.226 (R\$554.709 em 2015) (nota 31a), para as quais foram registradas provisões para risco de crédito no montante de R\$2.111 (R\$2.869 em 2015), calculada com base nos mesmos critérios adotados para o cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa das operações de crédito, estabelecido na Resolução CMN nº 2.682/99.

(\*\*) Refere-se a recursos de ex-controladores levantados pela Corretora para cobrir eventuais perdas decorrentes de processos administrativos mencionados na nota explicativa 20.c no montante de R\$20.202. Apesar de tais processos administrativos terem as chances de perda classificadas como “possível”, a Corretora foi requerida a realizar depósitos administrativos, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 11, nota de rodapé (a) e, em função dessa perda de liquidez, conseguiu levantar os recursos dos ex-controladores que estavam em custódia de Banco depositário. Em 31 de dezembro de 2016, os ex-controladores estavam questionando em câmara de arbitragem o levantamento desses recursos pela Corretora, os quais, conforme mencionado na nota explicativa nº 11, nota de rodapé “c”, foram depositados pela Corretora em garantia até o término da arbitragem. Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 32, em 2017 a Corretora e seus ex-controladores entraram em acordo.

Nível	Faixa de provisão - %	2016		2015	
		Curso normal	Provisão	Curso normal	Provisão
AA	-	145.455	-	164.401	-
A	0,50%	113.188	566	213.729	1.069
B	1,00%	<u>154.583</u>	<u>1.545</u>	<u>176.579</u>	<u>1.800</u>
Total		<u>413.226</u>	<u>2.111</u>	<u>554.709</u>	<u>2.869</u>

#### 19. NEGOCIAÇÃO E INTERMEDIÇÃO DE VALORES

	2016	2015
Caixa de registro e liquidação	7.993	-
Comissões e corretagem a pagar	24	18
Credores - Conta Liquidações Pendentes	<u>1.995</u>	<u>1.818</u>
Total	<u>10.012</u>	<u>1.836</u>

#### 20. PROVISÃO PARA RISCO E OBRIGAÇÕES LEGAIS

A Administração, consubstanciada na opinião de seus assessores jurídicos, avaliou os riscos e provisões, conforme estabelecido no Pronunciamento Técnico CPC 25 e Resolução CMN nº 3.823/09 (nota 18.c).

##### a) Obrigações legais e contingências fiscais

O Banco é parte em processos administrativo e judicial de natureza tributária de IRPJ e CSLL sobre juros sobre o capital próprio deduzido da base de cálculo do ano de 2011, na compensação de Prejuízo Fiscal IRPJ 2010 e de ganhos decorrentes da desmutualização da CETIP no montante total de R\$2.243 que são caracterizados como passivos contingentes e cujos riscos de perda estão classificados como possíveis pelos advogados externos.

Descrição	2016		2015	
	Provisão	Depósitos judiciais	Provisão	Depósitos judiciais
Obrigações legais:				
ISS (i)	2.790	2.790	2.048	2.048
PIS (iii)	-	-	2.591	3.440
COFINS (iii)	-	-	<u>15.939</u>	<u>21.169</u>
Subtotal	<u>2.790</u>	<u>2.790</u>	<u>20.578</u>	<u>26.657</u>
Contingências fiscais:				
ISS (ii)	-	2.279	-	-
PIS (iii)	2.813	6.346	-	-
COFINS (iii)	<u>17.306</u>	<u>23.248</u>	-	-
Subtotal	<u>20.119</u>	<u>31.873</u>	<u>20.578</u>	<u>26.657</u>
Total	<u>22.909</u>	<u>34.663</u>	<u>20.578</u>	<u>26.657</u>

- (i) Refere-se ao valor do ISS controverso sobre garantias e fianças prestadas a clientes relativos ao exercício de 2012, de 2013, 2014 e de 2015 no montante de R\$2.790, cujos assessores jurídicos classificaram como perda possível.

- (ii) Refere-se a processo sobre base de cálculo de ISS do município do Rio de Janeiro. O Banco deu em garantia da execução fiscal deste processo Letras Financeiras do Tesouro – LFT no montante de R\$2.279 em 2016. Na opinião dos assessores jurídicos a contingência para este processo é remota.
- (iii) Refere-se a discussão no tocante ao PIS/COFINS, lei nº 9.718/98, onde questiona a legalidade, incidência e constitucionalidade do tributo. Na análise de nossos assessores jurídicos, julga como “possível” às chances de êxito, na Corretora.
- b) A movimentação das provisões passivas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 é a seguinte:

	<b>Obrigações legais e contingências fiscais e previdenciárias</b>	<b>Contingências cíveis</b>	<b>Trabalhista</b>	<b>Total</b>
Saldo em 31/12/2014	18.392	24	891	19.307
Constituição (nota 29.b)	2.259	-	317	2.576
Reversão	(56)	-	-	(56)
Baixa	<u>(17)</u>	<u>-</u>	<u>(311)</u>	<u>(328)</u>
Saldo em 31/12/2015	<u>20.578</u>	24	897	21.499
Saldo em 31/12/2015	20.578	24	897	21.500
Constituição (nota 29.b)	2.331	-	79	2.409
Baixa	<u>-</u>	<u>(24)</u>	<u>(200)</u>	<u>(224)</u>
Saldo em 31/12/2016	<u>22.909</u>	<u>=</u>	<u>776</u>	<u>23.685</u>

- c) O detalhamento das obrigações legais e contingências fiscais, trabalhistas e cíveis por probabilidade de perda em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 é o seguinte:

	<b>2016</b>					
	<b>Obrigações legais e Contingências fiscais</b>		<b>Contingências cíveis e sucumbências</b>		<b>Trabalhista</b>	
	<b>Valor em risco</b>	<b>Valor provisionado</b>	<b>Valor em risco</b>	<b>Valor provisionado</b>	<b>Valor em risco</b>	<b>Valor provisionado</b>
<b>Perdas</b>						
Prováveis	-	-	-	-	1.232	-
Possíveis	74.182	22.909	822	-	12.979	776
Remotas	<u>2.790</u>	<u>=</u>	<u>1.048</u>	<u>=</u>	<u>4.490</u>	<u>=</u>
Total	<u>76.972</u>	<u>22.909</u>	<u>1.870</u>	<u>=</u>	<u>18.701</u>	<u>776</u>

Perdas	2015					
	Obrigações legais e Contingências fiscais		Contingências cíveis e sucumbências		Trabalhista	
	Valor em risco	Valor provisionado	Valor em risco	Valor provisionado	Valor em risco	Valor provisionado
Possíveis (a)	55.817	20.578	7.180	24	9.433	896
Remotas	<u>740</u>	-	-	-	<u>9</u>	-
Total	<u>56.557</u>	<u>20.578</u>	<u>7.180</u>	<u>24</u>	<u>9.442</u>	<u>896</u>

- (a) No tocante aos processos que os assessores jurídicos da Corretora julgam como “possível” existem “procedimentos administrativos” (“autos de infrações”) relativos à cobrança de Imposto de Renda, Contribuição Social, PIS e COFINS sobre a desmutualização dos títulos patrimoniais das bolsas que montam R\$36.777 (R\$35.239 em 2015). Em caso de perda, os valores devidos estão garantidos pelos antigos Controladores. Em outubro de 2016, a Corretora foi requerida a realizar depósitos administrativos para continuar discutindo o tema.

## 21. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

- a) Os encargos com imposto de renda e contribuição social estão assim demonstrados:

	2016		2015
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Resultado antes da tributação sobre o lucro, líquido da participação no lucro.	809	17.299	(60.337)
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 20% (15% até 31 de agosto de 2015), respectivamente.	(364)	(7.785)	27.152
Efeito das adições e (exclusões) na apuração do imposto:			
Despesas com gratificações e benefícios	(18)	(40)	(201)
Outros	(23)	(520)	3.137
Crédito Tributário não constituído	<u>285</u>	<u>866</u>	<u>(5.859)</u>
Resultado de imposto de renda e da contribuição social do semestre/exercício.	<u>(120)</u>	<u>(7.479)</u>	<u>24.229</u>

- b) Composição e movimentação do crédito tributário sobre diferenças temporárias

A Administração do Banco mantém créditos tributários sobre diferenças temporárias no montante de R\$56.523 (R\$73.717 em 2015), fundamentado em estudo técnico, o qual considera a previsão de base tributária positiva no futuro, conforme requerido pela Resolução CMN nº 3.535/08.

Dessa forma, os créditos tributários e as obrigações diferidas foram constituídos sobre as adições e exclusões temporárias às alíquotas vigentes e serão realizados quando da utilização, dedutibilidade e/ou reversão das respectivas provisões constituídas, conforme demonstrado abaixo:

	<b><u>2016</u></b>	<b><u>2015</u></b>
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	35.611	23.386
Provisão para risco de crédito de garantias e fianças prestadas	950	1.277
Marcação a Mercado de títulos e valores mobiliários, instrumentos financeiros derivativos e empréstimo no exterior.	-	36.080
Marcação a Mercado de Futuros (DDI/DI)	16.232	-
Marcação a Mercado de Títulos Disponíveis para Venda	640	10.757
Gratificações e benefícios a empregados e diretores	1.966	85
Provisão para contingências fiscais	1.116	819
Outros	<u>8</u>	<u>1.313</u>
Total	<u>56.523</u>	<u>73.717</u>

c) Composição de obrigações diferidas

	<b><u>2016</u></b>	<b><u>2015</u></b>
Marcação a Mercado de títulos e valores mobiliários, instrumentos financeiros derivativos e empréstimo no exterior.	(14.650)	-
Marcação a Mercado de Futuros (DDI/DI)	-	(16.246)
Marcação a Mercado de Títulos Disponíveis para Venda	<u>(1.010)</u>	<u>(207)</u>
Total	<u>(15.660)</u>	<u>(16.453)</u>

d) Movimentação dos créditos tributários e obrigações diferidas

	<b>Saldo em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>Constituição / (realização)</b>	<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2016</b>
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	23.386	12.225	35.611
Provisão para risco de crédito de garantias e fianças prestadas	1.277	(327)	950
Marcação a Mercado de títulos e valores mobiliários, instrumentos financeiros derivativos e empréstimo no exterior.	36.080	(36.080)	-
Marcação a Mercado de Futuros (DDI/DI)	-	16.232	16.232
Marcação a Mercado de Títulos Disponíveis para Venda	10.757	(10.117)	640
Gratificações e benefícios a empregados e diretores	85	1.881	1.966
Provisão para contingências fiscais	819	297	1.116
Outras	<u>1.313</u>	<u>(1.305)</u>	<u>8</u>
Saldo de créditos tributários	<u>73.717</u>	<u>(17.194)</u>	<u>56.523</u>
Marcação a Mercado de títulos e valores mobiliários, instrumentos financeiros derivativos e empréstimo no exterior.	-	(14.650)	(14.650)
Marcação a Mercado de Futuros (DDI/DI)	(16.246)	16.246	-
Marcação a Mercado de Títulos Disponíveis para Venda	<u>(207)</u>	<u>(803)</u>	<u>(1.010)</u>
Saldo de obrigações diferidas	<u>(16.453)</u>	<u>793</u>	<u>(15.660)</u>

e) Expectativa de realização e valor presente dos créditos tributários e obrigações diferidas

Os créditos tributários e as obrigações diferidas serão realizados à medida que as diferenças temporárias sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal ou quando os prejuízos fiscais que os originaram forem compensados. Apresentamos abaixo a estimativa de realização desses créditos tributários e obrigações diferidas, de acordo com o estudo técnico formalizado pela Administração do Banco:

	<u>1 ano</u>	<u>2 anos</u>	<u>3 anos</u>	<u>4 anos</u>	<u>5 anos</u>	<u>Total</u>
Créditos tributários	(34.030)	(16.602)	(1.063)	(900)	(3.928)	(56.523)
Obrigações diferidas	15.660	-	-	-	-	15.660

Para cálculo do valor presente dos créditos tributários, foi utilizada como custo de captação a taxa SELIC atual, aplicada sobre o valor nominal. O valor presente dos créditos tributários e obrigações diferidas totalizavam R\$(50.996) e R\$14.036, respectivamente.

A CGD Investimentos possui créditos tributários não contabilizados. Os benefícios do imposto de renda e da contribuição social serão reconhecidos quando efetivamente realizados ou quando as perspectivas para sua recuperação se tornarem factíveis, de acordo com as regras estabelecidas na Resolução CMN nº 3.059/02.

## 22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### a) Capital social

O capital social do Banco, em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, totalmente subscrito e integralizado está representado por 1.073.170 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de domiciliados no exterior no montante de R\$400.000.

A corretora em 31 de dezembro de 2016, possui o capital social subscrito e integralizado, está representado por 27.977.048 ações, sem valor nominal sendo 13.988.524 ordinárias e 13.988.524 ações preferencias dividido em partes iguais para o Caixa – Banco de Investimento S.A e Banco Caixa Geral – Brasil S/A.

### b) Dividendos

Conforme o estatuto social do Banco, aos acionistas é assegurado dividendo mínimo obrigatório à razão de 5% do lucro líquido anual, nos termos da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores.

### c) Reservas de lucros

A reserva legal é constituída pela apropriação de 5% do lucro do exercício até o limite definido pela legislação societária.

d) Reconciliação do Patrimônio Líquido e do resultado do Banco:

	2016	
	Patrimônio Líquido R\$ Mil	Prejuízo R\$ Mil
Patrimônio e Prejuízo do Banco – Individual	336.395	9.349
Ações Pertencentes ao Caixa Banco Investimentos – 13.988.524 ações (**)	1.799	472
Patrimônio e prejuízo Líquido do Banco – Conglomerado Prudencial	338.194	9.820

  

	2015	
	Patrimônio Líquido R\$ Mil	Prejuízo R\$ Mil
Patrimônio e Prejuízo do Banco – Individual	312.928	(31.026)
Ajuste de equivalência reconhecido pelo Banco em 2016 e ajustado no Prudencial de 31.12.2015 (*)	772	772
Ações Pertencentes ao Caixa Banco Investimentos – 13.988.524 ações (**)	1.328	(5.854)
Patrimônio e prejuízo Líquido do Banco – Conglomerado Prudencial	315.028	(36.108)

(\*) Em 2015, a Corretora reconheceu no resultado do exercício a atualização monetária de títulos e valores mobiliários (debêntures), reconhecida pelo Banco somente no exercício de 2016.

(\*\*) A consolidação foi elaborada em conformidade com Resolução nº 4.280/13 art. 3º II que estabelece que o controle é caracterizado pela atuação no mercado sob a mesma marca.

## 23. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

### a) Remuneração da Administração

O Conselho de Administração do Banco aprovou um novo plano de remuneração fixa e variável aplicável aos diretores estatutários em conformidade com as disposições da Resolução nº 3.921/10, do Conselho Monetário Nacional. Os membros do Conselho de Administração recebem apenas remuneração fixa.

O novo plano tem como principais objetivos: (i) alinhar a política de gestão de riscos com a remuneração dos Administradores do BCG-Brasil ; (ii) não incentivar comportamentos que elevem a exposição ao risco acima dos níveis considerados prudentes nas estratégias de curto, médio e longo prazos adotadas pelo BCG-Brasil; (iii) motivar os Administradores a promover e suportar o crescimento do negócio, bem como os demais interesses dos acionistas; (iv) direcionar os Administradores no que tange aos principais objetivos de curto e de longo prazos; e (v) estabelecer formas de pagamento da remuneração variável atreladas à performance futura e à perenidade do negócio.

A remuneração definida no plano leva em conta: (i) os riscos correntes e potenciais do Banco; (ii) o resultado geral do Banco, em particular o lucro recorrente realizado; (iii) a capacidade de geração de fluxo de caixa; (iv) as bases financeiras sustentáveis de longo prazo e ajustes nos pagamentos futuros em função dos riscos assumidos, das oscilações do custo do capital e das projeções de liquidez; (v) o desempenho individual dos Administradores com base em metas definidas para cada administrador; (vi) o desempenho da unidade de negócios; e (vii) o desempenho do Banco como um todo.

A remuneração variável será calculada:

- (a) 50% (cinquenta por cento) a ser paga em espécie, em até 60 (sessenta) dias após a apuração dos resultados do exercício pertinente;
- (b) 10% (dez por cento) a ser pago em espécie, em até um ano do exercício pertinente, devendo esse valor ser calculado com base na variação ocorrida no valor contábil do patrimônio líquido do BCG-Brasil nos 12 (doze) meses imediatamente anteriores ao seu pagamento, livre dos efeitos das transações realizadas com os proprietários, considerando os balanços publicados (os itens 'a' e 'b' serão considerados, em conjunto, "Remuneração Variável Direta");
- (c) 40% (quarenta por cento) a ser pago em espécie, de forma diferida considerando que o Banco é empresa de capital fechado, não possui ações negociadas no mercado e não emite instrumentos baseados em ações ("Remuneração Variável Diferida").

O direito ao recebimento a cada uma das parcelas da Remuneração Variável Diferida fica sujeito ao risco de perda total ou parcial no caso de redução significativa do lucro recorrente realizado ou de ocorrência de resultado negativo do Banco ou da unidade de negócios nos 12 (doze) meses imediatamente anteriores ao seu pagamento, observado, ainda, em caso de desligamento dos Administradores.

No exercício findo em 31 de dezembro 2016, foi pago aos Administradores o montante de R\$4.953 (R\$2.676 em 2015), considerando salários, encargos e benefícios.

O pessoal-chave da Administração da Corretora, composto por seu corpo diretivo, obteve remuneração no exercício no montante de R\$453 (R\$674 em 2015) caracterizada como benefício de curto prazo. A corretora não possui outros benefícios.

b) Transações com partes relacionadas

As partes relacionadas do Banco incluem transações com a entidade controladora, a Caixa Geral de Depósitos S.A. - Lisboa, e as demais entidades do Grupo Caixa Geral de Depósitos, de capital exclusivamente público e controlado pelo Estado de Portugal.

As transações com partes relacionadas foram contratadas em condições compatíveis com as práticas de mercado vigentes nas datas das operações, considerando-se a ausência de risco e estão resumidas a seguir para 31 de dezembro de 2016 e de 2015:

		2016		2015	
	<u>Grau de relação</u>	<u>Ativo (passivo)</u>	<u>Receitas (despesas)</u>	<u>Ativo (passivo)</u>	<u>Receitas (despesas)</u>
<b>Disponibilidades</b>					
Caixa Geral de Depósitos - Lisboa	Controladora	6.730	-	2.402	-
<b>Outros créditos</b>					
Caixa Geral de Depósitos - Lisboa	Controladora	-	-	52	-
Caixa Banco de Investimento	Ligada	-	-	15	-
<b>Depósitos</b>					
Caixa Geral de Depósitos - Lisboa	Controladora	(7)	-	(7)	-
Caixa Banco de Investimento	Ligada	(6.845)	(138)	(6.180)	(772)
<b>Obrigações por empréstimo no exterior</b>					
Caixa Geral de Depósitos – New York (nota 17. e)	Ligada	(471.415)	(4.158)	(472.084)	-
Caixa Geral de Depósitos – Lisboa (nota 17. e)	Controladora	(128.356)	(2.771)	(70.783)	(280)
Banco Nacional Ultramarino	Ligada	(108.610)	2.395	(23.626)	(22.477)
<b>Outras obrigações - Sociais e Estatutárias</b>					
Caixa Geral de Depósitos - Lisboa	Controladora	(171)	-	(171)	-
<b>Outras obrigações diversas</b>					
Caixa Geral de Depósitos - Lisboa	Controladora	(2)	-	(65)	-
<b>Receita prestação de serviços, comissão e estruturação de operações</b>					
Banco Nacional Ultramarino	Ligada	-	268	-	1.436
Caixa Geral de Depósitos – Grand Cayman	Ligada	-	494	-	396
Caixa Geral de Depósitos - New York	Ligada	-	1.370	-	756

O Banco assinou, em 29 de dezembro de 2011, um contrato de linha de crédito de liquidez *standby* no montante de EUR 120.000 (nota 31.d) junto a Caixa Geral de Depósitos S.A. – Lisboa, com vigência até dezembro de 2012. A referida linha de crédito de liquidez foi renovada em 16 de novembro de 2016 pelo período de um ano, vencendo em 27 de dezembro de 2017.

#### 24. LIMITES OPERACIONAIS - Índice de Basileia e Limite de Imobilização

As instituições financeiras estão obrigadas a manter um Patrimônio de Referência - PR compatível com os riscos de suas atividades, superior a 11% do Patrimônio Exigido - PRE. O PRE é calculado em conformidade com a Resolução CMN n° 3.490/07, o qual abrange os riscos de crédito, risco de mercado e risco operacional.

a) Índice da Basileia

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Risco de crédito - PEPR	122.711	172.644
Riscos de mercado- PCAM, PJURs e PACS	12.652	18.542
Risco Operacional - POPR	17.917	17.917
Patrimônio de referência exigido - PRE	153.280	209.103
Patrimônio de Referência - PR para limite de compatibilização com PRE	338.023	312.766
Índice da Basileia (*)	<b>21,78%</b>	<b>16,45%</b>

(\*) O índice de Basileia é calculado para o Conglomerado Financeiro Caixa Geral de Depósitos, o qual é composto pelo Banco e sua controlada, a CGDI CVC.

b) Limites de imobilização

As instituições financeiras devem manter suas aplicações no ativo permanente em nível inferior a 50% de seu Patrimônio de Referência - PR, na forma da regulamentação em vigor. Em 31 de dezembro de 2016 este limite, controlado com base no Conglomerado Financeiro Caixa Geral de Depósitos, corresponde a 1,59 % (2,0% em 2015).

25. PROGRAMA DE PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS

O Banco possui um programa próprio de participação nos lucros e resultados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, homologado pelo Sindicato dos Bancários de São Paulo. As premissas gerais deste programa consistem em: (a) Performance do Grupo CGD; (b) Performance do Banco no Brasil; e (c) Performance individual através da avaliação de competências e cumprimento de metas. Em 31 de dezembro de 2016, a Administração deliberou o reforço da provisão no montante R\$4.368. A referida provisão foi registrada como "Despesas de pessoal".

26. RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Em 31 de dezembro 2016 e de 2015, estão assim representadas:

	<u>2016</u>		<u>2015</u>
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Comissão de estruturação e assessoria em operações	3.063	5.962	5.486
Rendas garantias prestadas	5.219	10.686	12.737
Rendas de administração de fundos e clubes de investimentos	1	2	-
Corretagem de operações em Bolsas	-	-	115
Outras	<u>413</u>	<u>1.152</u>	<u>2.024</u>
Total de receitas de prestação de serviços	<u>8.696</u>	<u>17.802</u>	<u>20.362</u>

27. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Em 31 de dezembro 2016 e de 2015 estão assim representadas:

	<b>2016</b>		<b>2015</b>
	<u>2º Semestre</u>	<u>Exercício</u>	<u>Exercício</u>
Processamento de dados	4.078	8.115	8.481
Aluguel	1.760	3.636	4.726
Serviços técnicos especializados	1.972	3.267	2.858
Depreciação e amortização	4.869	9.792	2.195
Serviços do sistema financeiro	984	2.046	2.730
Viagens	167	550	864
Publicações	236	467	492
Seguros	195	454	314
Manutenção e conservação de bens	122	228	808
Comunicação	277	703	2.634
Vigilância e segurança	166	333	313
Serviço de terceiros	222	908	1.055
Transportes	53	137	198
Água, energia e gás	75	162	213
Comissões pagas	69	136	835
Outras	<u>1.144</u>	<u>2.187</u>	<u>1.826</u>
Total	<u>16.389</u>	<u>33.121</u>	<u>30.542</u>

28. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

Em 31 de dezembro 2016 e de 2015 estão representadas por:

	<b>2016</b>		<b>2015</b>
	<u>2º Semestre</u>	<u>Exercício</u>	<u>Exercício</u>
Despesas de contribuição ao COFINS	2.008	4.397	5.975
Despesas de impostos sobre serviços prestados - ISS	174	356	378
Despesas de contribuição ao PIS	326	714	972
Outras	<u>48</u>	<u>151</u>	<u>256</u>
Total de despesas tributárias	<u>2.556</u>	<u>5.618</u>	<u>7.581</u>

## 29. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

### a) Outras receitas operacionais

	2016		2015
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Reversão de Provisão de Ágio	4.224	8.447	-
Recuperação de encargos e despesas	61	452	87
Atualização de impostos	1.221	2.417	667
Variação monetária ativa	168	313	554
Rendas de títulos e créditos a receber	671	1.435	1.090
Descontos obtidos	244	375	395
Reversão de provisão operacional	-	-	4.319
Reversão de provisão para riscos cíveis e trabalhistas (nota 20.b)	-	-	56
Reversão de provisão para riscos de crédito de garantias e fianças prestadas	284	757	184
Outros	<u>86</u>	<u>245</u>	<u>342</u>
Total	<u>6.959</u>	<u>14.441</u>	<u>7.694</u>

### b) Outras despesas operacionais

	2016		2015
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Processos fiscais (nota 20.b)	1.185	2.331	777
Processos trabalhista (nota 20.b)	79	79	-
Provisão para riscos de crédito de garantias e fianças prestadas	-	-	695
Despesas indedutíveis			3.677
Multas e juros	1	8	152
Atualização de impostos	15	56	-
Outras despesas	<u>772</u>	<u>958</u>	<u>538</u>
Total	<u>2.052</u>	<u>3.432</u>	<u>5.839</u>
Outras receitas (despesas) operacionais	<u>4.927</u>	<u>11.009</u>	<u>1.855</u>

## 30. RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	2016		2015
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Prejuízo na alienação de valores e bens	(1)	(1)	479
Outras despesas não operacionais	-	9	949
Total	<u>(1)</u>	<u>8</u>	<u>1.428</u>

### 31. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

#### a) Avais e fianças

Responsabilidade do Banco por avais, fianças e garantias concedidas a terceiros:

<u>Descrição</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Fianças e garantias prestadas - pessoas físicas e jurídicas (nota 18.c)	413.226	554.709

#### b) Benefícios a empregados

A partir do ano de 2010, o Banco passou a oferecer o benefício de um plano de previdência privada a seus funcionários, contribuindo mensalmente para entidade aberta de previdência privada, com um percentual sobre o salário bruto do funcionário, desde que o mesmo contribua com o mesmo percentual. O objetivo é o de complementar os benefícios de previdência social em um plano de contribuição definida, enquanto os mesmos forem funcionários, sendo esta a única responsabilidade do Banco como patrocinador.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, o montante de contribuição é de R\$288 (R\$186 em 2015) e foi registrado como despesa de pessoal.

#### c) Contratos de seguros

O Banco possui seguro de riscos nomeados com cobertura básica para incêndio, raio, explosão ou implosão - prédio, maquinismo, móveis e utensílios, danos elétricos, equipamentos eletrônicos, interrupção de negócio em decorrência de cobertura básica, perda ou pagamento de aluguel, despesas com recomposição de registros e documentos e responsabilidade civil para estabelecimentos comerciais. O valor máximo de cobertura é de R\$8.200 (R\$13.824 em 2015). E o período de cobertura se estende até julho de 2017.

#### d) Linha de crédito com a matriz

O Banco assinou em 29 de dezembro de 2011 com a Caixa Geral de Depósitos S.A., contrato de linha de crédito de liquidez no montante de EUR 120.000. Em 17 de novembro de 2016, o contrato foi renovado pelo prazo de um ano, podendo ser renovado anualmente.

### 32. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em janeiro de 2017, o Banif Banco Investimento (Brasil) S. A. propôs um acordo para a CGD Investimentos com o objetivo de encerrar o processo de arbitragem, que foi prontamente aceito pela Corretora. Neste acordo, a Corretora recebeu o montante de R\$20.584 e assumiu a responsabilidade pelas contingências que anteriormente estavam previstas no contrato de compra e venda celebrado com o Banif na data de 06 de junho de 2010 e cobertos por “escrow account”.

Em 06 janeiro de 2017, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE aprovou a venda para a XP Investimentos da participação da CGD Investimentos na Rico Corretora de Títulos e Valores Mobiliários.